

JOSÉ MANUEL GARCIA CORDEIRO
Bispo de Bragança-Miranda

LITURGIA,
A PRIMEIRA ESCOLA DA FÉ

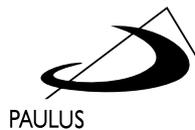


Imagem da capa:

Pré-impressão e capa:
PAULUS Editora

Impressão e acabamento:

Depósito legal:

ISBN: 978-972-30-????-?

© PAULUS Editora, 2012
Rua D. Pedro de Cristo, 10
1749-092 LISBOA
Tel.: 218 437 620 – Fax: 218 437 629
editor@paulus.pt

Departamento Comercial
Estrada de São Paulo
2685-704 APELAÇÃO
Tel.: 219 488 870 – Fax: 219 948 875
comercial@paulus.pt
www.nanius.pt



Caríssimos presbíteros, diáconos, pessoas consagradas e todos os fiéis leigos da nossa amada diocese de Bragança-Miranda, no Ano da Fé, que estamos a celebrar, pensei escrever-vos uma carta pastoral sobre a Liturgia, como a primeira escola da Fé.

INTRODUÇÃO

A Liturgia é a primeira e a grande escola permanente da fé e da vida espiritual, porque aí a Igreja celebra sempre o mesmo e único mistério de Cristo. Educar à participação em ordem a uma experiência viva no mistério de Cristo e da Igreja é um enorme desafio. Trata-se de uma ciência e uma arte de tornar os ritos e as orações profundamente comunicativos.

A Igreja transmite a fé, celebrando a Liturgia. Os Padres da Igreja sublinharam-no de modo esclarecedor: «Para o cristão, a fé vem antes de tudo o mais. Por isso mesmo, em Roma, dá-se o nome de fiéis aos que foram batizados, e o nosso pai Abraão foi justificado pela fé, não pelas obras. Recebestes o Batismo, tendes fé. Não me é permitido julgar de outro modo, pois não terias sido chamado à graça, se Cristo não te tivesse julgado digno da Sua graça.»¹

A Liturgia reafirma na celebração do Batismo e também na celebração da Confirmação, no momento da renovação das promessas batismais, esta consciência fundamental ao proclamar: «Esta é a nossa fé. Esta é a fé da Igreja que nos gloriamos de professar em Jesus Cristo»; e ainda na celebração da Eucaristia ao rezarmos «não olheis aos nossos pecados, mas à fé da vossa Igreja».

Todavia, às vezes chego a pensar que a Liturgia é a dimensão que mais se esbanja na Igreja. Para muitos, a Liturgia deixou de ser uma fonte da qual se bebe a água pura e bela do mistério e um vértice que se deseja alcançar e passou a ser um problema que se deve resolver. Estou, também, convencido que «o futuro do Cristianismo no Ocidente depende muito da capacidade que a Igreja tiver para fazer da Liturgia a fonte da vida espiritual dos crentes»².

Estamos a comemorar os cinquenta anos da abertura do grande acontecimento do Concílio Vaticano II, vivemos o Ano da Fé e somos convocados à Nova Evangelização. Por isso, queremos propor,

¹ AMBRÓSIO DE MILÃO, *De sacramentis* 1,1.

² BOSELLI, G. (2011). *Il senso spirituale della Liturgia*. Comunità di Bose, p. 7.

na nossa amada diocese de Bragança-Miranda, para o Ano Pastoral 2012-2013, a Liturgia como a primeira escola da fé.

Em comunhão com o Santo Padre e a Conferência Episcopal Portuguesa, convido todos os agentes pastorais da nossa diocese, nas paróquias, nas congregações, nos movimentos e nas mais diversas instituições eclesiais, a promoverem o estudo, a reflexão e a aplicação do Concílio Vaticano II, sobretudo dos documentos mais relevantes. Este ano dedicaremos especial atenção à Constituição *Sacrosanctum Concilium* (SC), sobre a Sagrada Liturgia.

A promulgação desta constituição aconteceu a 04.12.1963, exatamente 400 anos depois da conclusão do Concílio de Trento (04.12.1563): foi o primeiro fruto do evento conciliar. Pela primeira vez na história da Igreja, um concílio ecuménico tratou colegialmente o tema litúrgico em geral.

A Constituição *Sacrosanctum Concilium* é, indiscutivelmente, o fruto maduro de uma história mais que centenária, que viu convergir as insistências provenientes do mundo da investigação teológica, histórica, bíblica e litúrgica, assim como da antropologia e da arqueologia, da experiência litúrgica da tradição monástica e da paciente ação pastoral de muitos responsáveis no ministério.

A reforma litúrgica insere-se exatamente na quadrupla finalidade geral do Concílio: «Fomentar a vida cristã entre os fiéis, adaptar melhor às necessidades do nosso tempo as instituições suscetíveis de mudança, promover tudo o que pode ajudar à união de todos os crentes em Cristo, e fortalecer o que pode contribuir para chamar a todos ao seio da Igreja.»³

Com efeito, os princípios da reforma litúrgica podem ser apresentados da seguinte forma:

- a) aumentar a vida cristã;
- b) adaptar as instituições eclesiais ao nosso tempo;
- c) promover a união dos cristãos (ecumenismo);
- d) propor a todos os homens o convite de entrar na Igreja (missão);
- e) realizar a nobre simplicidade e a clareza na brevidade dos ritos.

³ *Sacrosanctum Concilium*, n.º 1.

Na realidade, «a renovação litúrgica é o fruto mais visível de toda a obra conciliar. Para muitos, a mensagem do Concílio do Vaticano II foi percebida, acima de tudo, através da reforma litúrgica.»⁴

Pensamos, por isso, que é necessário e urgente investir energias e forças nas quatro colunas da Igreja, indicadas pelos Atos dos Apóstolos: «Eram assíduos ao ensino dos Apóstolos, à união fraterna, à fração do pão e às orações.»⁵

Gostaria, então, de colocar à vossa consideração três pontos nesta carta: o conceito de Liturgia; a magna carta da renovação litúrgica e a Liturgia como escola permanente da fé.

1. A LITURGIA DA IGREJA

Antes de mais, o que se entende por Liturgia? Até há pouco tempo ainda se pensava que fosse um conjunto complexo de rubricas e detalhes cerimoniais do culto divino que escapavam aos não iniciados.

A Liturgia é a ação da Igreja em que se torna presente Cristo, isto é, a ação salvífica de Cristo na Igreja, assumindo a fisionomia de ação ritual. O centro da Liturgia é a Páscoa de Cristo, fulcro de toda a história da salvação, ou melhor, o mistério de Cristo como história da salvação.

«Que é a Liturgia senão a voz uníssona do Espírito Santo e da Esposa, a santa Igreja, que bradam ao Senhor Jesus: “Vem?” Que é a Liturgia senão aquela fonte pura e perene de “água viva”, da qual cada pessoa sedenta pode haurir gratuitamente o dom de Deus (cf. Jo 4,10)?»⁶

Etimologicamente, a palavra *λειτουργία*, composta de *λαός* (povo) e *ἔργον* (ação), significa a ação, o serviço realizado em favor do povo. Assim, o termo, *λειτουργία*, indica uma ação comum realizada de maneira pública que exige um povo, uma assembleia, uma comunidade. Ao nível teológico, o *ἔργον* da Liturgia é teândrico – a obra divina do povo e, ao mesmo tempo, a obra do povo de Deus.

A Constituição sobre a Sagrada Liturgia salienta que através da Liturgia e mediante o conjunto dos sinais sensíveis eficazes do culto da Igreja se exercita a obra sacerdotal de Cristo, ou seja, a santificação

⁴ JOÃO PAULO II, *Vicesimus quintus annus*, n.º 12.

⁵ ATOS DOS APÓSTOLOS 2,42.

⁶ JOÃO PAULO II, *Spiritus et Sponsa* 1.

do homem e a glorificação de Deus. Por conseguinte, não se entende por Liturgia a parte exterior do culto ou o cerimonial religioso, mas a celebração da fé, isto é, o exercício do sacerdócio de Cristo e o culto público integral.

Embora a Liturgia não esgote toda a ação da Igreja, «ela representa, porém, a sua fonte e o ponto culminante. É fonte porque aí, sobretudo nos sacramentos, os fiéis vão beber abundantemente a água da graça, que mana do lado de Cristo crucificado. Para usar uma imagem de que gostava o Papa João XXIII, ela é como que a fonte da aldeia, à qual todas as gerações vêm beber a água sempre viva e fresca. É também o ponto culminante, porque toda a atividade da Igreja tende para a comunhão de vida com Cristo; e é na Liturgia que a Igreja manifesta e comunica aos fiéis a obra da Salvação, realizada por Cristo de uma vez para sempre.»⁷

O grande objetivo da reforma litúrgica operada pelo Concílio não é tanto uma mudança de ritos e textos, mas sim suscitar a formação dos fiéis e promover a ação pastoral que tenha como vértice e fonte a Liturgia. Por este motivo, «o esforço desta ação pastoral centrada na Liturgia deve tender a fazer viver o Mistério pascal»⁸. O Concílio acalentava o desejo profundo de ver na Liturgia uma manifestação da Igreja. A Liturgia é a Igreja em oração. Ao celebrar o culto divino, a Igreja exprime aquilo que é: una, santa, católica e apostólica.

Podemos, portanto, dizer que a Liturgia é a fé celebrada nos momentos mais sagrados; é a Bíblia rezada, a espiritualidade da Igreja atuada e o vértice e a fonte de toda a ação pastoral da Igreja.

2. A CONSTITUIÇÃO SOBRE A SAGRADA LITURGIA

A Liturgia é a manifestação do Mistério da salvação, plenamente realizado no mistério pascal de Cristo. A *Sacrosanctum Concilium* apresentou a Liturgia em chave de história da salvação, ou seja, a Liturgia é a atualização desta história e a sua celebração permanente.

⁷ *Idem*, *Vicesimus quintus annus*, n.º 22.

⁸ *Inter Oecumenici* 6.

Paulo VI, no discurso de clausura da 2.^a sessão do Vaticano II, a 04.12.1963, afirmou solenemente:

Não ficou sem fruto a discussão difícil e intrincada, pois um dos temas – o primeiro a ser examinado e o primeiro, em certo sentido, na excelência intrínseca e na importância para a vida da Igreja – o da sagrada Liturgia, foi felizmente concluído e é, hoje, por nós solenemente promulgado. Exulta o nosso espírito com este resultado. Vemos que se respeitou nele a escala de valores e dos deveres: Deus, em primeiro lugar; a oração, a nossa primeira obrigação; a Liturgia, fonte primeira da vida divina que nos é comunicada, primeira escola da nossa vida espiritual, primeiro dom que podemos oferecer ao povo cristão que junto a nós crê e ora, e primeiro convite dirigido ao mundo para que solte a sua língua muda em oração feliz e autêntica e sinta a inefável força regeneradora, ao cantar connosco os divinos louvores e as esperanças humanas, por Cristo Nosso Senhor e no Espírito Santo.⁹

O aprofundamento teológico da natureza da Liturgia cristã é apresentado pela Constituição *Sacrosanctum Concilium*, que se articula em 7 capítulos com 130 números:

- Proêmio (n.ºs 1-4);
- I capítulo – Princípios gerais em ordem à reforma e incremento da Liturgia (n.ºs 5-46): Renovação teológica (n.ºs 5-13); Reforma antropológica (n.ºs 14-20); Reforma institucional (n.ºs 21-46);
- II capítulo – O sagrado mistério da Eucaristia (n.ºs 47-58);
- III capítulo – Os outros sacramentos e os sacramentais (n.ºs 59-82);
- IV capítulo – O Ofício divino (n.ºs 83-101);
- V capítulo – O Ano Litúrgico (n.ºs 102-111);
- VI capítulo – A música sacra (n.ºs 112-121);
- VII capítulo – A arte sacra e as alfaias litúrgicas (n.ºs 122-130);
- Apêndice

A Liturgia é, com efeito, a ação salvífica de Cristo na Igreja. A dimensão histórica expressa-se no anúncio profético do Antigo Testamento e no acontecimento real do Novo Testamento. A chave teológica é a história da salvação e o evento pascal.¹⁰ O ponto culminante aparece

⁹ PAULO VI, «Discurso na clausura da 2.^a sessão do II Concílio do Vaticano» (04.12.1964), *AAS* 56 (1964) 34.

¹⁰ Cf. *Sacrosanctum Concilium*, n.ºs 5-7.

na plenitude dos tempos (pleroma), no qual o *Hodie* litúrgico atualiza o passado e antecipa o futuro. Procura-se passar da *anamnésis* (memorial ou recordação) à *epiclésis* (invocação a Deus para que envie o Seu Espírito). O específico da Liturgia é realizar o mistério da salvação na celebração concreta, em palavras e ações.

Duas linhas convergentes caracterizam a Liturgia, uma ascendente e outra descendente: a glorificação de Deus e a santificação do homem. O *Hodie* litúrgico refere-se ao eterno *Hoje* da Liturgia, em que se torna presente o único e mesmo mistério de Cristo. A tal propósito, Santo Agostinho escreve: «É impróprio afirmar: os tempos são três: pretérito, presente e futuro. Mas talvez fosse próprio dizer: os tempos são três: presente das coisas passadas, presente das presentes, presente das futuras.»¹¹ A Liturgia celebra sempre o eterno hoje da salvação em Cristo. Em tantas celebrações isto é atestado, basta recordar as antífonas da solenidade do Natal do Senhor: «Hoje nasceu o nosso salvador, Jesus Cristo, Senhor»; «Hoje sobre nós resplandece uma luz, nasceu o Senhor»; «Hoje, uma grande luz desceu sobre a terra.»

As fontes da *Sacrosanctum Concilium* são a Bíblia, a Patrística, a Liturgia e o Magistério. O tecido de fundo da parte doutrinal da *Sacrosanctum Concilium* é eminentemente bíblico, recorrendo à citação de 48 textos bíblicos. A palavra “Mistério” aparece 23 vezes em todo o documento conciliar. Daí decorre que a *mens* da *Sacrosanctum Concilium* é o sacramento do mistério e o mistério sacramental. Os nove textos patrísticos que aparecem no documento conciliar provam que não se pode estudar os Padres da Igreja sem a Liturgia. O húmus litúrgico-eclesial próprio dos Padres é a Liturgia, ou melhor, a própria celebração litúrgica. Ao mesmo tempo, não se pode estudar a Liturgia sem o conhecimento das palavras e dos ditos dos Padres da Igreja. Há uma continuidade de perenidade e de progressiva vitalização da realidade litúrgica. Não se estuda como uma evocação arqueológica, mas voltando à fonte oficial da Igreja: a Patrística e a Escolástica, que foram uma lenta e longa gestação. Outros nove textos pertencem às fontes litúrgicas: seis textos são do antigo Missal, um do antigo Breviário, um do antigo Ritual e um do Sacramentário Veronense. Trata-se de textos densos e belos, usados para reafirmar a importância da Liturgia da Igreja a partir da Tradição autêntica. Estas citações litúrgicas aparecem no texto conciliar como vozes de autoridade a par das citações bíblicas, patrísticas e

¹¹ AGOSTINHO DE HIPONA, *Confissões* 11,20.

magisteriais, constituindo uma verdadeira síntese doutrinal. O valor demonstrativo dos textos litúrgicos prova que a Liturgia tem a capacidade de se autodefinir. O contacto direto com as fontes, quais lugares comprovativos, é de enorme alcance teológico-litúrgico.

O mistério que, continuamente, é celebrado consiste numa celebração sacrificial, que é memorial (*comemoratio*) histórico-salvífico e execução da obra da nossa redenção. Por isso, o seu próprio dinamismo teológico radica na ação celebrativa do mesmo memorial, dado que todas as vezes que participamos no memorial do sacrifício se atualiza e se opera o fruto da obra redentora¹².

Na Liturgia celebra-se, pois, a obra da redenção, ou seja, o plano histórico-salvífico realizado pelo Pai, em Cristo, por obra do Espírito Santo em benefício dos fiéis incorporados na Igreja. Daqui se estabelece uma relação íntima entre a sacramentalidade e a economia salvífica, no sentido da causalidade salvífica da Eucaristia. A causalidade do sacramento é considerada a partir da Eucaristia, pela comunhão eclesial que deriva para os que nela participam.

Verdadeiramente, na constituição sobre a sagrada Liturgia, «primícia daquela “grande graça de que a Igreja beneficiou no século xx”, o Concílio Vaticano II, o Espírito Santo falou à Igreja, não cessando de orientar os discípulos do Senhor “para a verdade total” (Jo 16,13)»¹³. Desta constituição conciliar podemos enumerar alguns fundamentos teológico-litúrgicos, chamados também os *altiora principia* (grandes princípios):

- 1) o exercício do sacerdócio de Cristo;
- 2) a Liturgia como vértice e fonte da vida cristã;
- 3) a participação plena, consciente e ativa;
- 4) a epifania da Igreja;
- 5) a unidade substancial e a adaptação litúrgica às culturas;
- 6) a sã tradição e um progresso legítimo;
- 7) a língua;
- 8) a presença da Palavra de Deus;
- 9) a formação litúrgica;
- 10) o canto e arte sacra.

¹² «Concedei-nos, Senhor, a graça de participar dignamente nestes mistérios, pois todas as vezes que celebramos o memorial deste sacrifício realiza-se a obra da nossa salvação», in *Missal Romano*, Sobre as oblatas, Quinta-feira da Ceia do Senhor.

¹³ JOÃO PAULO II, *Spiritus et Sponsa* 1.

Concentramo-nos na reflexão sobre estes grandes princípios teológico-litúrgicos da *Sacrosanctum Concilium*:

2.1. O exercício do sacerdócio de Cristo

O centro da cristologia, da celebração litúrgica e da experiência cristã é o mistério pascal de Cristo. A centralidade do mistério pascal de Cristo na redenção humana é o núcleo de toda a celebração litúrgica, como ação salvífica de Cristo na Igreja:

Esta obra da redenção dos homens e da glorificação perfeita de Deus, prefigurada pelas Suas grandes obras no povo da Antiga Aliança, realizou-se a Cristo Senhor, principalmente pelo mistério pascal da Sua bem-aventurada Paixão, Ressurreição dos mortos e gloriosa Ascensão, em que «morrendo destruiu a nossa morte e ressurgindo restaurou a nossa vida»¹⁴.

Efetivamente, «na Liturgia, brilha o mistério pascal, pelo qual o próprio Cristo nos atrai a Si e chama à comunhão»¹⁵. A beleza da Liturgia reside neste mesmo mistério da Páscoa, porque a beleza de Cristo manifesta-se na beleza da Liturgia. A Liturgia é, ainda, a ação da Igreja que torna presente o exercício do sacerdócio de Cristo:

Com razão se considera a Liturgia como o exercício da função sacerdotal de Cristo. Nela, os sinais sensíveis significam e, cada um à sua maneira, realizam a santificação dos homens; nela, o Corpo Místico de Jesus Cristo – cabeça e membros – presta a Deus o culto público integral.¹⁶

A presença de Cristo na Liturgia realiza-se nos sinais sensíveis. O conjunto destes sinais sensíveis eficazes realiza a santificação e o culto da Igreja. Daí que o sacramento não é uma coisa – é uma ação. Este número 7 da *Sacrosanctum Concilium* refere, pois, a dimensão cristológica e eclesiológica (ação de Cristo e da Igreja) da Liturgia. A Liturgia é obra de Cristo sacerdote e do Seu corpo, que é a Igreja. Cristo, o primeiro «Liturgo»¹⁷, age na Igreja e no mundo em virtude do Mistério pas-

¹⁴ *Sacrosanctum Concilium*, n.º 5.

¹⁵ BENTO XVI, *Sacramentum caritatis*, n.º 35.

¹⁶ *Sacrosanctum Concilium*, n.º 7.

¹⁷ Cf. JOÃO PAULO II, *Spiritus et Sponsa*, n.º 16.

cal continuamente celebrado, e associa a Si mesmo a Igreja peregrina para louvor do Pai, na unidade do Espírito Santo. A centralidade do mistério de Cristo, encarnado, morto e ressuscitado, é o único autêntico paradigma da santidade cristã.

2.2. A Liturgia como vértice e fonte da vida cristã

Contudo, a Liturgia é simultaneamente a meta para a qual se encaminha a ação da Igreja e a fonte de onde promana toda a sua força. Na verdade, o trabalho apostólico ordena-se a conseguir que todos os que se tornaram filhos de Deus pela fé e pelo Batismo se reúnam em assembleia para louvar a Deus no meio da Igreja, participem no Sacrifício e comam a Ceia do Senhor...¹⁸

Na preparação para o Jubileu 2000, João Paulo II propõe o exame deste princípio: «É vivida a Liturgia como “fonte e cume” da vida eclesial, segundo o ensinamento da *Sacrosanctum Concilium*?»¹⁹ E continua a interrogar: «Até que ponto a Liturgia entrou na vida concreta dos fiéis e marca o ritmo de cada uma das comunidades? É vista como um caminho de santidade, força interior do dinamismo apostólico e da missionariedade eclesial?»²⁰

2.3. A participação plena, consciente e ativa

Participação é um termo recorrente na Liturgia atual, que significa tomar parte, e é sinónimo de adesão e intervenção. É uma expressão tão usada que até parece mesmo o mote da Reforma litúrgica, qualificada com vários adjetivos: plena, consciente, ativa, piedosa, fácil, interna, externa.

A participação litúrgica comporta três aspetos, distanciando-se de uma abordagem meramente sociológica: a) a ação de participar, b) a coisa em que se participa; c) os participantes.

a) A ação de participar, enquanto ação humana, implica atitudes externas e hábitos interiores. Uns e outros são, por sua vez, suscetíveis de

¹⁸ *Sacrosanctum Concilium*, n.º 10.

¹⁹ JOÃO PAULO II, *Tertio Millennium Adveniente*, n.º 36.

²⁰ *Idem*, *Spiritus et Sponsa*, n.º 6.

gradualidade e de modalidades diferentes, todas orientadas para uma finalidade ou meta da ação participada, isto é, a própria celebração litúrgica.

b) A coisa em que se participa na Liturgia é o mistério que se celebra, sob a forma de memorial. O participar na celebração significa transcender e ultrapassar o âmbito semântico-ritualista para penetrar no coração da ação litúrgica. A participação externa é só o primeiro estádio da participação na celebração, ao mesmo tempo subjetiva e objetiva. A fusão destes dois tipos de participação é um ideal ao qual se perspetivam a pastoral e a espiritualidade litúrgicas.

c) Os participantes são as pessoas fiéis, que se tornam atores e ministros da própria celebração. Participa-se, numa celebração, quando as pessoas estão envolvidas e interagem entre elas diante do mistério das três pessoas da Santíssima Trindade.

A participação é, portanto, um direito e um dever. A participação nas ações litúrgicas não é qualquer coisa de extrínseca ou de acessório, mas faz parte da própria natureza da Liturgia, que é ação de todo o povo de Deus. Por outro lado, esta participação pertence ao carácter batismal dos fiéis.

Segundo a doutrina conciliar, toda a Igreja é sujeito da ação ritual. De facto, na celebração litúrgica realiza-se a principal manifestação da Igreja. E isto acontece «numa participação perfeita e ativa de todo o povo santo de Deus»²¹. A participação ativa não consiste só na atividade externa, mas numa participação interior e espiritual, viva e frutuosa no mistério de Cristo.

A Liturgia exprime, por isso, plenamente, tanto a função comum dos batizados, o seu sacerdócio batismal, como a função dos ministros ordenados, a sacramentalidade própria do seu ser, bispo, presbíteros e diáconos.

A constituição conciliar estende a realidade da participação a toda a ação litúrgica, sacramento ou não. A fonte da participação na Liturgia é o sacerdócio batismal e a sua motivação íntima é a natureza mesma da Liturgia.

²¹ *Sacrosanctum Concilium*, n.º 41.

2.4. A epifania da Igreja

«As ações litúrgicas não são ações privadas mas celebrações da Igreja, que é “sacramento de unidade”, isto é, Povo santo reunido e ordenado sob a direção dos bispos. Por isso, tais ações pertencem a todo o Corpo da Igreja, manifestam-no, atingindo, porém, cada um dos membros de modo diverso, segundo a variedade de estados, funções e participação atual.»²²

A Liturgia é a Igreja em oração. E porque é o «sacramento de unidade», as ações litúrgicas pertencem a todo o corpo da Igreja, é aberta a todos os homens. É sobretudo na Liturgia que o Mistério da Igreja se manifesta sob a forma de anúncio e é experimentado.

2.5. A unidade substancial e a adaptação litúrgica às culturas

A unidade substancial do Rito romano encontra-se expressa nos livros litúrgicos típicos, publicados sob a autoridade do Papa e nos livros litúrgicos correspondentes, aprovados pelas conferências episcopais dos respetivos países e confirmados pela Santa Sé.

Porque a Igreja é comunhão, unindo diversidade e unidade, tem de assumir tudo o que de positivo se encontra em todas as culturas. «A inculturação é diferente da mera adaptação externa, porque significa uma íntima transformação dos autênticos valores culturais mediante a integração no Cristianismo e a encarnação do Cristianismo nas várias culturas humanas.»²³ O desencontro entre o Evangelho e a cultura é, segundo Paulo VI:

O drama da nossa época, como o foi também de outras épocas. Assim, importa envidar todos os esforços no sentido de uma generosa evangelização da cultura, ou mais exatamente das culturas. Estas devem ser regeneradas mediante o impacto da Boa Nova. Mas um tal encontro não virá a dar-se se a Boa Nova não for proclamada.²⁴

²² *Idem*, n.º 26.

²³ Relação final do Sínodo Extraordinário dos Bispos, 1985, 8, in *Viver o Concílio*, Editorial A. O., Braga, 1986, 53.

²⁴ PAULO VI, *Evangelii Nuntiandi*, n.º 20.

2.6. A sã tradição e um progresso legítimo

A Liturgia compõe-se de uma dupla realidade: uma invisível, imutável e eterna; e outra humana, visível e suscetível de modificação.

«Para conservar a sã tradição e abrir ao mesmo tempo o caminho a um progresso legítimo, faça-se uma acurada investigação teológica, histórica e pastoral acerca das partes da Liturgia que devem ser revistas. Tenham-se ainda em consideração as leis gerais da estrutura e do espírito da Liturgia, a experiência adquirida nas recentes reformas litúrgicas e nos indultos aqui e além concedidos. Finalmente, não se introduzam inovações, a não ser que uma utilidade autêntica e certa da Igreja o exija, e com a preocupação de que as novas formas como que surjam a partir das já existentes...»²⁵

A Liturgia não deve ser uma peça preciosa de museu, mas a oração viva da Igreja, ou melhor, a Liturgia é algo permanente e vivo ao mesmo tempo.

A renovação conciliar da Liturgia realizou-se de modo evidente na publicação dos livros litúrgicos.²⁶ Esta renovação exigiu um aprofundamento das riquezas das fontes litúrgicas em plena fidelidade à Sagrada Escritura e à Tradição.²⁷ À pastoral litúrgica requer-se não só esta dupla fidelidade, mas um renovado interesse pela Palavra de Deus, para que «aquilo que se escuta na ação litúrgica se atue depois também na própria vida»²⁸.

Mais que uma tensão entre “Tradição” e “progresso”, a reforma litúrgica quer ser uma renovação (progresso) na linha de uma sempre viva Tradição (transmissão contínua da fé), que consinta um desenvolvimento orgânico. Por isso, haja o bom senso na aplicação pastoral do espírito da Liturgia, para que o improvisado e a chamada «criatividade arbitrária» de gosto duvidoso não destruam o verdadeiro sentido da ação litúrgica.

²⁵ *Sacrosanctum Concilium*, n.º 23.

²⁶ Os atuais livros litúrgicos simplificaram os ritos litúrgicos e conservaram a substância dos mesmos, expressando uma nobre simplicidade, clareza na diversidade e adaptação à compreensão dos fiéis (cf. SC, n.º 34).

²⁷ Por Tradição entende-se o grande depósito da fé, algo durável e vivo na transmissão da fé ao longo das diferentes épocas culturais da história da Igreja.

²⁸ *Ordenamento das Leituras da Missa*, n.º 6.

2.7. A língua

A amplitude deste princípio foi timidamente enunciado e estava sob o olhar de todos os Padres conciliares:

Deve conservar-se o uso do latim nos ritos latinos, salvo o direito particular. Dado, porém, que não raramente o uso da língua vulgar se pode revestir de grande utilidade para o povo, quer na administração dos sacramentos, quer em outras partes da Liturgia, poderá conceder-se à língua vernácula lugar mais amplo, especialmente nas leituras e admoções, em algumas orações e cantos...²⁹

A tal propósito, o próprio Papa Paulo VI lembrou o princípio da inteligência da Liturgia por todos os povos: «É preferível que nos critiquem os doutos do que a Liturgia continuar a ser ininteligível para o povo.»³⁰ Portanto, tornou-se possível o uso da língua vulgar, apesar da manutenção do latim. Tudo isto em vista do bem maior, isto é, a participação dos fiéis mediante a compreensão facilitada da linguagem verbal na ação litúrgica.

A questão da língua relaciona-se com o valor pastoral e didático da Liturgia, no sentido de favorecer a participação ativa e consciente dos fiéis na Liturgia. Todavia, compreende-se que o Concílio não podia discutir ou questionar a língua latina para os ritos, que da mesma língua receberam o nome de rito latino. O peso da tradição remonta ao século IV, quando na Liturgia romana se verificou a passagem da língua grega à língua latina. O latim, língua oficial do império, tornou-se também a língua litúrgica da Igreja. Nesta época, o campo foi facilitado pela tradução latina da Bíblia.

2.8. A leitura da Palavra de Deus

O princípio da presença contínua da Palavra de Deus – não existe nenhuma ação litúrgica sem a Palavra – tem como objetivo restituir ao ritmo antigo «mais abundante, variada e bem adaptada a leitura da Sagrada Escritura nas celebrações litúrgicas»³¹. Outro objetivo é pro-

²⁹ *Sacrosanctum Concilium*, n.º 36.

³⁰ Paulo VI, parafraseando Agostinho.

³¹ *Sacrosanctum Concilium*, n.º 35,1.

mover continuamente nos fiéis e, em primeiro lugar, nos sacerdotes, o «amor suave e vivo da Sagrada Escritura de que dá testemunho a venerável tradição dos ritos tanto orientais como ocidentais»³².

A razão deste princípio teológico-litúrgico é «para se poder ver claramente que na Liturgia o rito e a palavra estão intimamente unidos»³³. Efetivamente, o que se lê na Escritura é o mesmo que se realiza na Liturgia. Todo o texto bíblico proclamado na ação litúrgica é, de facto, palavra viva, porque «está presente [Cristo] na sua palavra, pois é Ele que fala ao ser lida na Igreja a Sagrada Escritura»³⁴. Em Cristo, a Escritura manifesta a sua realização plena: «Toda a Escritura é um só livro e este livro é Cristo.»³⁵ Por isso, a Bíblia na Liturgia não é um elemento entre outros, mas o seu elemento essencial. Na verdade, «a Liturgia é a Bíblia transformada em palavra proclamada e em palavra rezada e atualizada: a Liturgia é a palavra celebrada»³⁶.

Desde os inícios da Igreja, a leitura das Escrituras é parte integrante da Liturgia.

Hoje ainda, é principalmente pela Liturgia que os cristãos entram em contacto com as Escrituras, particularmente durante a celebração eucarística do Domingo. Em princípio, a Liturgia, e especialmente a Liturgia sacramental, onde a celebração eucarística constitui o grau máximo, realiza a atualização mais perfeita dos textos bíblicos, pois ela situa a proclamação no meio da comunidade dos fiéis reunidos em torno de Cristo a fim de se aproximar de Deus.³⁷

2.9. A formação litúrgica

O grande objetivo da reforma litúrgica operada pelo Concílio não é tanto uma mudança de ritos e textos, mas sim suscitar a formação dos fiéis e promover a ação pastoral que tenha como vértice e fonte a Liturgia.

³² *Ibidem*, n.º 24.

³³ *Ibidem*, n.º 35; cf. *Dei Verbum*, n.º 21.

³⁴ *Sacrosanctum Concilium*, n.º 7.

³⁵ HUGO DE S. VICTOR. «De arca Noe morali 2,8», PL 176, col. 642.

³⁶ ZAN, de R. (1998). «Bibbia e Liturgia». Chupungco (ed.): *Scientia Liturgica. Manuale di Liturgia*, vol. 1. Casale Monferrato: Piemme, p. 49.

³⁷ COMISSÃO PONTIFÍCIA BÍBLICA (1994). *A interpretação da Bíblia na Igreja*. Editora Lisboa: Rei dos Livros, p. 146.

A promoção de uma formação litúrgica dos cristãos é um veemente convite da *Sacrosanctum Concilium*. Formar para a Liturgia significa consentir a entrada no mistério cristão. A Liturgia não é tanto uma doutrina a compreender, mas uma fonte de luz e de vida para a inteligência e a experiência do mistério. Ela «é a primeira e necessária fonte onde os fiéis hão de beber o espírito genuinamente cristão. Esta é a razão que deve levar os pastores de almas a procurarem-na com o máximo empenho, através da devida educação.»³⁸

A concretização prática de tal desejo do Concílio passa pela formação teológico-litúrgica, espiritual e pastoral de todos, em especial pela formação dos pastores. «É um campo em que muito falta ainda por fazer: ou seja, para ajudar os sacerdotes e os fiéis a compreenderem o sentido dos ritos e dos textos litúrgicos, para aperfeiçoar a dignidade e a beleza das celebrações e dos locais; e para promover, à maneira dos Padres da Igreja, uma “catequese mistagógica” dos sacramentos.»³⁹

A necessidade urgente da formação litúrgica é também recordada pela Exortação Apostólica Pós-Sinodal *Ecclesia in Europa*:

[...] é necessário um grande esforço de formação. Tendo como finalidade favorecer a compreensão do verdadeiro sentido das celebrações da Igreja e ainda uma adequada instrução sobre os ritos, tal formação requer uma autêntica espiritualidade e a educação para vivê-la em plenitude. Por conseguinte, há que promover ainda mais uma verdadeira “mistagogia litúrgica”, com a participação ativa de todos os fiéis, cada qual segundo as próprias competências, nas ações sagradas, particularmente na Eucaristia.⁴⁰

A formação litúrgica passa também através de uma catequese que favoreça o conhecimento do significado da Liturgia e dos sacramentos. «Embora a sagrada Liturgia seja principalmente culto de majestade divina, é também abundante fonte de instrução para o povo fiel. Efetivamente, na Liturgia Deus fala ao Seu povo, e Cristo continua a anunciar o Evangelho. Por seu lado, o povo responde a Deus com o canto e a oração.»⁴¹ A catequese litúrgica⁴² «explica o conteúdo das orações,

³⁸ *Sacrosanctum Concilium*, n.º 14.

³⁹ JOÃO PAULO II, *Vicesimus quintus annus*, n.º 21.

⁴⁰ *Idem*, *Ecclesia in Europa*, n.º 73.

⁴¹ *Idem*, *ibidem*, *Ecclesia in Europa*, n.º 73.

⁴² «Procure-se também inculcar por todos os modos uma catequese mais diretamente litúrgica, e prevejam-se nos próprios ritos, quando necessário, breves admonições,

o sentido dos gestos e dos sinais, educa para a participação ativa, para a contemplação e para o silêncio. Deve ser considerada como “uma forma eminente de catequese”.»⁴³

Enfim, a formação litúrgica está intimamente ligada à participação ativa dos fiéis (clérigos, religiosos e leigos) e deve ser realizada tendo em conta «a idade, condição, género de vida e grau de cultura religiosa»⁴⁴ de cada um.

Educar à participação no mistério não é somente uma animação litúrgica. Trata-se de uma verdadeira pastoral litúrgica, no sentido de ser uma ciência e uma arte de tornar os sinais da Liturgia profundamente comunicativos; e de ser um momento de reflexão sistemática sobre a atividade litúrgica da Igreja. Educa-se à Liturgia através da própria Liturgia.

2.10. O canto e arte sacra

A tradição musical da Igreja é um tesouro de inestimável valor, que excede todas as outras expressões de arte, sobretudo porque o canto sagrado, intimamente unido com o texto, constitui parte necessária ou integrante da Liturgia solene.⁴⁵

Entre as mais nobres atividades do espírito humano estão, de pleno direito, as belas artes, e muito especialmente a arte religiosa e o seu mais alto cimo, que é a arte sacra.⁴⁶

É importante considerar de forma exata o grau de participação do canto nas celebrações como o define a Instrução *Musicam Sacram*, n.º 28.⁴⁷ Sobre a seleção a fazer considere-se que em Portugal os Encontros Nacionais de Pastoral Litúrgica têm ajudado significativamente a encontrar uma qualidade musical que seja digna e adequada às celebrações. Por isso os livros publicados pelo Secretariado Nacional

feitas só nos momentos mais oportunos, pelo sacerdote ou outro ministro competente, com as palavras prescritas ou semelhantes.» (*Sacrosanctum Concilium* 35,3)

⁴³ CONGREGAÇÃO PARA O CLERO, *Directório geral da catequese* 71.

⁴⁴ *Sacrosanctum Concilium*, n.º 19.

⁴⁵ *Sacrosanctum Concilium*, n.º 112.

⁴⁶ *Sacrosanctum Concilium*, n.º 122.

⁴⁷ Publicada a 5 de março de 1967.

de Liturgia devem ser os instrumentos de trabalho prioritários para aqueles que são chamados a ocupar-se do canto nas celebrações.

O carácter comunitário da Liturgia e a necessária beleza exigem o canto. O canto é um dos elementos mais significativos da celebração. O serviço ministerial da música é serviço no serviço, como refere a *Sacrosanctum Concilium*, n.º 112 e a Instrução *Musicam Sacram*, considerada a magna carta da música litúrgica. A *Sacrosanctum Concilium* considera ofensivo do genuíno sentido do culto cristão a falta de beleza na celebração ritual.

O *Catecismo da Igreja Católica* di-lo de modo eloquente:

O canto e a música desempenham a sua função de sinais, de um modo tanto mais significativo, quanto «mais intimamente estiverem unidos à ação litúrgica», segundo três critérios principais: a beleza expressiva da oração, a participação unânime da assembleia nos momentos previstos e o carácter solene da celebração. Participam, assim, na finalidade das palavras e das ações litúrgicas: a glória de Deus e a santificação dos fiéis.⁴⁸

O valor artístico autêntico não significa uma reconstrução de estilos ou repetição anacrónica dos mesmos.⁴⁹ Ela deve alimentar a fé e a piedade dos homens de hoje (cf. IGMR 254) que tem exigências novas e diversas do passado. Nenhum objeto, mesmo os que podem parecer de menor importância, a colocar ou a servir na Igreja, está fora desta exigência de autenticidade (cf. IGMR 312) onde deve primar «sempre a limpeza e a nobre simplicidade».

3. LITURGIA, A PRIMEIRA ESCOLA DA FÉ

A Liturgia é a primeira escola da fé, onde se conhece o mistério de Deus, celebrando-O. A Liturgia é a fé da Igreja em ato. À luz das Escrituras e da Tradição, a fé da Igreja inspirou a oração litúrgica, plasmou os gestos sacramentais, tornou-se visível na iconografia e na arquitetura, audível nos cânticos e na música.

⁴⁸ *Catecismo da Igreja Católica*, n.º 1157.

⁴⁹ Lembramos que a nossa diocese foi uma das primeiras a estabelecer um *Regulamento das Intervenções no Património Cultural da Diocese* (1 de novembro de 1995), que deve continuar a ser a referência para tal.

A Liturgia realiza uma aprendizagem da fé, não apenas racionalmente, mas pelos sentidos. A Liturgia é um mistério que se escuta, vê, toca, saboreia e cheira. A Liturgia vale por si mesma como o amor.

Como pensava o grande pedagogo da Liturgia, Romano Guardini, «é pois mister, antes de mais, apreender aquele ato vivo, pelo qual o fiel compreende, recebe e executa os santos “sinais sensíveis da graça invisível”. Trata-se em primeiro lugar de “formação litúrgica” não de informação litúrgica, embora dela se não deva separar.»⁵⁰ A formação litúrgica é, por isso, de capital importância.

Juntos, somos convidados a caminhar com um renovado entusiasmo na vida cristã e atuar este programa no quotidiano, tornado vida através da arte de bem celebrar o mistério de Cristo na Liturgia.

Em consequência, propomos para este Ano Pastoral 2012-2013, uma valorização da Liturgia, qual primeira escola da fé. Precisamos de uma Liturgia séria, simples, bela, que seja experiência do mistério, permanecendo, ao mesmo tempo, inteligível, capaz de narrar a perene aliança de Deus com os homens. Que seja um equilíbrio entre a Palavra e o Sacramento – equilíbrio entre a palavra, o canto, o silêncio e o rito. Por isso será necessário conhecer bem o que a Liturgia nos convida a realizar em cada celebração sacramental, e apreender, em profundidade, o sentido das suas propostas.

3.1. Os sacramentos

A Liturgia vive dos sacramentos. Na verdade, toda a vida litúrgica da Igreja gravita em torno dos sacramentos.⁵¹ Estes celebram a ação salvífica de Cristo na Igreja nascida da Páscoa. Por isso, o centro da celebração dos sacramentos é o Mistério da Páscoa de Cristo. Como afirma a *Sacrosanctum Concilium*: «A Liturgia dos sacramentos e sacramentais faz com que a graça divina, que deriva do Mistério pascal da Paixão, Morte e Ressurreição de Cristo, onde vão buscar a sua eficácia todos os sacramentos e sacramentais, santifique todos os passos da vida dos fiéis que os recebem com a devida disposição.»⁵²

⁵⁰ GUARDINI, R. (1962). *Sinais sagrados*. Braga: Editorial Franciscana, pp. 10-11.

⁵¹ Cf. *Sacrosanctum Concilium*, n.º 6.

⁵² *Ibidem*, n.º 61.

Segundo o *Catecismo da Igreja Católica*, um sacramento é um sinal perceptível pelos sentidos, ou melhor, uma ação significativa feita de palavras e gestos, que realiza o que significa.⁵³ A descrição dos sacramentos é assim oferecida pelo *Catecismo da Igreja Católica*: «Os sacramentos são sinais eficazes da graça, instituídos por Cristo e confiados à Igreja, pelos quais nos é dada a vida divina. Os ritos visíveis, com os quais são celebrados os sacramentos, significam e realizam as graças próprias de cada sacramento; e dão fruto naqueles que os recebem com as disposições requeridas.»⁵⁴ Este número diz-nos, pois, que «os sacramentos têm o seu húmus na vida de Cristo»⁵⁵.

«Os sacramentos são momentos-síntese da História da salvação»⁵⁶ e, portanto, não se devem separar da Liturgia, o seu núcleo e centro. Tal como a Liturgia não se esgota na celebração, também a catequese não se esgota no dar explicação. A catequese tem a sua fonte na Liturgia, ou melhor, a Liturgia é uma catequese em ato. Podemos perguntar: O que é que vem primeiro, a catequese ou a Liturgia? As duas coisas harmonizadas, ou seja, o exercício do ministério profético da Igreja e a continuação do exercício do sacerdócio de Cristo.

É indubitável que o *Catecismo* exprime uma teologia sacramental. O título da segunda parte – «A celebração do mistério cristão» – recupera a dimensão celebrativa dos sacramentos (esquecida pela teologia pós-tridentina) e a visão sacramental na linha teológica do mistério (teologia patrística). A economia sacramental «consiste na comunicação (ou “dispensação”) dos frutos do Mistério pascal de Cristo na celebração da Liturgia “sacramental” da Igreja»⁵⁷. Os sete sacramentos estão no centro de toda a economia sacramental, porque «toda a vida litúrgica da Igreja gravita em torno do sacrifício eucarístico e dos sacramentos»⁵⁸.

Efetivamente, «a fé da Igreja é anterior à fé do fiel, que é chamado a aderir a ela. Quando a Igreja celebra os sacramentos, confessa a fé recebi-

⁵³ Cf. *Catecismo da Igreja Católica*, n.º 1084.

⁵⁴ *Ibidem*, n.º 1131.

⁵⁵ SCHÖNBORN, C. (1998). *Le sorgenti della nostra fede. Liturgia e sacramenti nel Catechismo della Chiesa Cattolica* (Già e non ancora 332). Milão: Jaca Book, p. 21.

⁵⁶ AUGÉ, M. (1993). «L'introduzione generale alla teologia dei sacramenti oggi». *Notitiae* 29, 423.

⁵⁷ *Catecismo da Igreja Católica*, n.º 1076.

⁵⁸ *Ibidem*, n.º 1113; Cf. *Sacrosanctum Concilium*, n.º 6.

da dos Apóstolos. Daí o adágio antigo: *Lex orandi, lex credendi* (ou: «*Legem credendi lex statuat supplicandi*», como diz Próspero de Aquitânia, século IV, Ep. 217). A lei da oração é a lei da fé, a Igreja crê conforme reza.»⁵⁹ Os sacramentos evidenciam, assim, dois elementos constitutivos, a ação e o acontecimento. O uso patrístico de *sacramentum* e de *mysterium* reforça esta relação entre a ação e o acontecimento histórico-salvífico, como sinais sensíveis do Mistério pascal de Cristo, vivido e celebrado, qual centro de toda a história da salvação. Com efeito, «o ponto de partida obrigatório de toda a teologia dos sacramentos é a prática concreta da Igreja, o ato mesmo da celebração e não qualquer outro princípio abstrato»⁶⁰.

A íntima relação que existe entre a Liturgia e os sacramentos foi claramente salientada pelo Vaticano II:

Os sacramentos estão ordenados à santificação dos homens, à edificação do Corpo de Cristo e, enfim, a prestar culto a Deus; como sinais têm também a função de instruir. Não só supõem a fé, mas também a alimentam, fortificam e exprimem por meio de palavras e coisas, razão pela qual se chamam sacramentos da fé. Conferem a graça, a cuja frutuosa recepção a celebração dos mesmos otimamente dispõe os fiéis, bem como a honrar a Deus do modo devido e a praticar a caridade.⁶¹

Os sacramentos têm a função de santificar, de edificar a Igreja e têm um alcance litúrgico, como atos de culto. Como sinais têm a função de instruir no mistério da fé. A Liturgia é, portanto, o lugar dos sacramentos e a sua celebração funciona como pedagogia da fé e da experiência cristã. Ainda se assegura que são sacramentos da fé, por um tríplice nível:

- A) a fé é anterior (*supõem*);
- B) a fé está neles (*alimentam*);
- C) a fé é posterior (*fortificam*).

A vida cristã não pode existir sem eles, porque o sacramento não é mero apêndice, mas é um dos elementos constitutivos do itinerário da fé.

⁵⁹ *Catecismo da Igreja Católica*, n.º 1124.

⁶⁰ CHAUVET, L.-M. (1979). *Du symbolique au symbole. Essai sur les sacrements*. Paris: Cerf, p. 128.

⁶¹ *Sacrosanctum Concilium*, n.º 59.

Por isso, na ação litúrgica dos sete sacramentos (Batismo, Confirmação, Eucaristia, Penitência, Unção dos Doentes, Ordem e Matrimônio) reconhece-se a comunidade cristã, ao receber a salvação e ao prestar o culto divino.

Hoje, a sacramentalidade torna-se uma exigência da ministerialidade da própria Igreja, porquanto o vértice das intervenções de Deus na história aconteceu no mistério de Cristo (Encarnação, Paixão, Morte, Ressurreição, Ascensão e dom do Espírito) e é do cumprimento de tal mistério que nasce o admirável sacramento de toda a Igreja.

A Igreja age nos sacramentos como uma comunidade sacerdotal, organicamente estruturada:

- pelo Batismo e pela Confirmação, o povo sacerdotal torna-se apto a celebrar a Liturgia;
- pela participação no sacrifício Eucarístico de Cristo, fonte e centro de toda a vida cristã, os cristãos não só oferecem o sacrifício divino, mas oferecem-se a si mesmos com Ele;
- pela Penitência obtêm a misericórdia de Deus e o perdão das ofensas;
- pela Unção dos Doentes e a oração dos presbíteros, toda a Igreja encomenda os doentes ao Senhor;
- pela Ordem, certos fiéis ficam constituídos em nome de Cristo para apascentar a Igreja com a palavra e a graça de Deus;
- pelo Matrimônio, os cônjuges cristãos auxiliam-se mutuamente para a santidade.⁶²

A celebração do mistério na Liturgia é, portanto, a atualização do próprio mistério pascal de Cristo e esta mesma celebração sacramental requer a ministerialidade da Igreja, que ritualiza a fé naquele único mediador entre Deus e os homens, que nos deu a plenitude do culto divino.⁶³

A liturgia é, desta forma, a ação ministerial da Igreja que torna presente o mistério de Cristo, isto é, o prolongamento visível do mistério e ministério salvífico de Cristo na Igreja.

A Liturgia dos sacramentos é composta de sinais e de símbolos do mundo dos homens, conferindo-lhes a dignidade de sinais da graça,

⁶² Cf. *Lumen gentium*, n.º 11.

⁶³ Cf. *Sacrosanctum Concilium*, n.º 5.

da Nova Criação em Cristo. Em cada celebração sacramental realiza-se o encontro dos filhos de Deus com o seu Pai, em Cristo e no Espírito Santo, que se processa através de ações e de palavras «*por ritos e orações*».⁶⁴

A capacidade de significação das ações e dos sinais nasce da Escritura, ou seja, existe uma profunda relação entre a Palavra e o sacramento: «É enorme a importância da Sagrada Escritura na celebração da Liturgia.»⁶⁵ A Palavra é parte integrante de todas as celebrações sacramentais. Ao sinal (água, óleo, pão, vinho) junta-se a palavra. Segundo uma fórmula de Santo Agostinho: «Junta-se a palavra ao elemento e há sacramento, que é também ele como que uma palavra visível.»⁶⁶

A palavra incide sobre o elemento e acontece o sacramento. A palavra torna-se visível no sacramento. O sinal decisivo no elemento material é a palavra, qualificando-se o sacramento como palavra visível. Mas que palavra é esta? Não se trata de qualquer palavra, mas de uma palavra que é memorial do mistério de Cristo. De facto, no sacramento, o Verbo torna-se visível. A Liturgia sacramental oferece, por conseguinte, uma articulação dinâmica a partir da escuta da Palavra e da experiência do Mistério.

A Igreja é “o sacramento universal de salvação” e os sacramentos podem-se descrever como as celebrações centrais da Igreja. Esta celebração inclui como elementos o símbolo, a palavra e a ação.⁶⁷

A natureza dos sacramentos está ordenada à santificação dos homens e à edificação do corpo de Cristo. São sacramentos da fé e como sinais instruem na fé. Esta formulação de sacramentalidade indica três movimentos:

- 1.º – descendente, que vem de Deus (santificação, edificação do Corpo de Cristo);
- 2.º – ascendente, de nós para Deus (prestar culto a Deus);
- 3.º – horizontal (prática da caridade).

A instituição dos sacramentos deve entender-se como uma ação de Cristo que realiza a salvação. O evento pascal é o momento histórico

⁶⁴ *Ibidem*, n.º 48.

⁶⁵ *Ibidem*, n.º 24.

⁶⁶ AGOSTINHO DE HIPONA, Tratado 80, 3.

⁶⁷ Cf. *Sacrosanctum Concilium*, n.º 26.

da salvação, no qual Deus por Cristo instituiu o mistério pascal. O cume da história da salvação é o mistério pascal, realizado em Cristo. Ao significado cristológico do evento pascal une-se, também, a reflexão sobre os sacramentos.

A teologia patrística viu no sangue e na água que saíram do lado aberto de Cristo na cruz⁶⁸ os sacramentos da Igreja e nestes sacramentos o próprio nascimento da Igreja. Cristo, o novo Adão, entrega-Se e une-Se à Igreja, a nova Eva, que sai do lado de Cristo adormecido na cruz, afirmando-se Cristo como o autor dos sacramentos e da Igreja. Esta interpretação pascal acerca da efusão do sangue de Cristo na cruz é dada pela Liturgia da Missa de Quinta-Feira Santa, ao contextualizar a *traditio* sacramental que Cristo faz aos Seus discípulos: «Foi do lado de Cristo que dormia, que jorraram os sacramentos da Igreja. A fraqueza de Cristo é a razão de ser da nossa força.»⁶⁹ E, mais precisamente no tempo da Páscoa, ao proclamar o louvor no prefácio pascal «em que Cristo nossa Páscoa, foi imolado»⁷⁰, evocando o texto de Paulo que exorta a celebrar verdadeiramente a festa da Páscoa na pureza e na verdade, pois «de facto, nosso cordeiro pascal, Cristo, foi imolado».⁷¹ Em Cristo cumpre-se, verdadeiramente, a Páscoa.

O *Catecismo da Igreja Católica* oferece uma articulação dos sete sacramentos da Igreja em três partes:

- 1) os sacramentos da iniciação cristã (Batismo, Confirmação e Eucaristia);
- 2) os sacramentos da cura (Reconciliação e Unção dos Doentes);
- 3) os sacramentos ao serviço da comunhão (Ordem e Matrimónio).

Esta ordem segue a analogia das fases e momentos importantes da vida do cristão⁷²: o nascimento e o crescimento, a cura e a missão à vida da fé dos cristãos. A Liturgia reza ao Pai na epiclesse ou invocação do Espírito Santo, presente em todos os sacramentos, para que os torne eficazes, segundo a Palavra de Cristo que se realiza da própria Liturgia. Efetivamente, é Cristo quem batiza, quem administra a unção

⁶⁸ Jo 19,24.

⁶⁹ *GeV* 371, 60; Cf. *MR*, Prefácios pascais.

⁷⁰ *Missal Romano*. Todos os Prefácios pascais.

⁷¹ 1COR 5,7.

⁷² Cf. TOMÁS DE AQUINO, *Summa Theologica* 3, 65,1.

do Espírito, quem dá o próprio Corpo e o próprio Sangue; é Cristo quem perdoa e cura; é Cristo quem ordena nos vários ministérios e quem consagra a união do Matrimônio.

Convido a uma arte da celebração sacramental. Especialmente aos presbíteros, recordo que presidir significa servir. Sirvam com a maior qualidade e melhor presidência *in persona Christi*.

3.2. Os sacramentais

Os sacramentais: «São, à imitação dos sacramentos, sinais sagrados que significam realidades, sobretudo de ordem espiritual, e se obtêm pela oração da Igreja.»⁷³

Os sacramentais, como os sacramentos, derivam a sua eficácia do mistério pascal da Paixão, Morte e Ressurreição de Cristo. Aqui se indica, portanto, a estrada para superar uma conceção/compreensão meramente material dos mesmos e exige-se uma reforma da práxis atualmente em vigor. Nesses, por isso, encontramos aquilo que a Igreja celebra e anuncia quando celebra os próprios sacramentos:

1. o poder do mistério pascal;
2. a sua presença nas várias circunstâncias da vida humana;
3. a função materna da Igreja e a santidade da criação de Deus.

De entre todos os sacramentais, assumem particular relevância a celebração das bênçãos e as exéquias. Não convêm que estes sejam celebrados como algo a “despachar”. Exigem um tempo próprio, com a escuta da Palavra de Deus que ilumina o sentido do mistério celebrado. Importa, pois, celebrar dignamente o funeral como sinal da Páscoa perene da Igreja; anunciando a novidade do Ressuscitado como esperança de vida nova, lembrando que é certamente a ocasião única de encontrar fiéis cuja referência eclesial é muito ténue ou mesmo se perdeu.

⁷³ *Sacrosanctum Concilium*, n.º 60.

3.3. A Igreja em oração

A oração da Igreja é sempre um dom de Deus⁷⁴ e é realizada pela comunidade cristã, reunida aqui e agora. O fundamento teológico da oração é a presença de Cristo em nós. O objeto e ao mesmo tempo o sujeito da oração litúrgica é Cristo. Ele deixou-nos um mandamento: «Orai sem cessar»⁷⁵ e «vigiai e orai»⁷⁶; um documento: o Pai Nosso⁷⁷ e um exemplo: a Sua própria vida.

O mistério da fé, que a Igreja professa no Credo e celebra na Liturgia sacramental, exige que a vida dos fiéis seja configurada com Cristo no Espírito Santo para glória de Deus Pai. Esta relação com o Deus vivo e verdadeiro é a oração. Em resposta ao pedido dos discípulos: «Senhor, ensina-nos a rezar»⁷⁸, Jesus confiou-nos a oração cristã fundamental do Pai Nosso. Esta oração faz parte integrante das “Horas” principais do Ofício Divino e dos sacramentos da iniciação cristã.

A oração litúrgica é participação na oração de Cristo dirigida ao Pai no Espírito Santo. Rezar é uma arte, porque «obra do Espírito Santo em nós, a oração abre-nos, por Cristo, à contemplação do rosto do Pai»⁷⁹. Por isso, a Igreja reconhece que na Liturgia «toda a oração cristã encontra a sua fonte e o seu termo»⁸⁰.

Na pedagogia da oração reveste-se de particular importância o silêncio, que é parte integrante da celebração litúrgica.⁸¹ No ritmo da celebração é necessário o recolhimento, a interiorização e a oração interior. Juntamente com a palavra e com o canto, o silêncio é outra das grandes dimensões simbólicas da Liturgia.

A Igreja tem dado uma especial atenção ao silêncio como momento de ação litúrgica. A redescoberta do silêncio na Liturgia surge como

⁷⁴ Cf. *Missal Romano*, Prefácio Comum IV: «Vós não precisais dos nossos louvores e poder glorificar-Vos é dom da vossa bondade; porque os nossos hinos de bênção, nada aumentando à vossa infinita grandeza, alcançam-nos a graça da salvação, por Cristo, nosso Senhor.»

⁷⁵ Cf. Lc 18,1.

⁷⁶ Mt 26,41; Mc 14,38.

⁷⁷ Cf. a versão mais desenvolvida (7 pedidos) Mt 6,9-13; a versão mais breve (5 pedidos) Lc 11,1-4.

⁷⁸ Lc 11,1.

⁷⁹ JOÃO PAULO II, *Novo Millennio Ineunte*, n.º 32.

⁸⁰ *Catecismo da Igreja Católica*, n.º 1073.

⁸¹ Cf. *Sacrosanctum Concilium*, n.º 30; *IGMR* 45.

uma modalidade concreta da participação ativa dos fiéis. O silêncio é, pois, uma condição para uma autêntica celebração litúrgica: «Se alguém me perguntasse onde começa a vida litúrgica, eu responderia: com a aprendizagem do silêncio. Sem o silêncio não existe a seriedade e tudo é vão.»⁸²

Em vários documentos, a Igreja convida ao silêncio orante, que não hesita em designar de silêncio sagrado:

Observar-se-á também, na altura própria, um silêncio sagrado. Por meio deste silêncio, os fiéis não se veem reduzidos a assistir à ação litúrgica como espetadores mudos e estranhos, mas são associados intimamente ao Mistério que se celebra, graças àquela disposição interior que nasce da Palavra de Deus escutada, dos cânticos e das orações que se pronunciam e da união espiritual com o celebrante nas partes por ele ditas.⁸³

O diálogo entre Deus e os homens exige momentos de silêncio. Estes não constituem um vazio na oração, mas uma presença diante de Deus que nos fala, aqui e agora. Na celebração da Eucaristia, o sacramento dos sacramentos, assume particular relevo o silêncio, «por exemplo, antes de começar a própria Liturgia da palavra, depois da primeira e da segunda leituras e, por fim, a seguir à homilia»⁸⁴. De facto, a oração, com os vários aspetos de louvor, súplica, invocação, grito, lamento, ação de graças, nasce a partir do silêncio. Só o silêncio torna possível a escuta ativa, ou seja, o acolhimento em si não só da Palavra, mas também da presença de Cristo que fala nas Escrituras. O silêncio é a linguagem do amor e da profundidade. Deste modo, o silêncio é garante da interioridade. Para o Cristianismo, o silêncio é uma dimensão não apenas antropológica, mas teológica. Santo Inácio de Antioquia, referindo-se aos mistérios de Deus, diz que estes foram realizados no silêncio e que Cristo é «a Palavra que provém do silêncio»⁸⁵. Da experiência litúrgica do silêncio, o cristão é convidado a passar à espiritualidade do silêncio, como dimensão contemplativa da vida.

⁸² GUARDINI, R. (1957). *La messe*. Paris: Cerf, p. 20.

⁸³ SAGRADA CONGREGAÇÃO DOS RITOS-CONSILIIUM, Instrução *Musicam sacram* 17; cf. SC. n.º 30.

⁸⁴ *Ordenamento das Leituras da Missa*, n.º 28.

⁸⁵ CAMELOT, P.-Th (ed.). «*Ignace aux Magnésiens 8,2*», *SCh* 10 bis, 87.

O silêncio orante serve para introduzir a celebração do mistério de Cristo na Liturgia das Horas que, «como oração pública da Igreja, é fonte de piedade e alimento da oração pessoal».⁸⁶ Se em todas as celebrações litúrgicas se há de guardar o silêncio, por consequência também na Liturgia das Horas se cultiva a experiência do silêncio. Na celebração da Liturgia das Horas poder-se-á introduzir uma pausa de silêncio após cada salmo, depois de repetida a antífona, após as leituras, antes ou depois do responsório. «Este momento de silêncio visa obter a plena ressonância da voz do Espírito Santo nos corações e unir mais estreitamente a oração pessoal à palavra de Deus e à oração oficial da Igreja.»⁸⁷

A Igreja escolheu a expressão de Liturgia das Horas, para designar a sua oração pública e comunitária. A Liturgia das Horas é uma forma de celebrar o mistério pascal de Cristo na vida quotidiana. É o que guia e inspira a Liturgia das Horas, qual sacrifício espiritual e grande cântico de louvor que a Igreja eleva a Deus «como incenso»⁸⁸. A sacramentalidade da Liturgia das Horas é exatamente a celebração do mistério pascal de Cristo no tempo através das horas.

O imperativo paulino «orai continuamente»⁸⁹ foi assumido pela Constituição Conciliar *Sacrosanctum Concilium* de forma direta, revitalizando a fundamentação teológica do ofício divino.⁹⁰ Os princípios teológicos, pastorais e espirituais do ofício divino⁹¹ sintetizam-se:

- a) na função sacerdotal da Liturgia como louvor e intercessão;
- b) na sacramentalidade da oração;
- c) no louvor perene de toda a Igreja e não só dos que estão obrigados ao ofício;
- d) na consideração da oração litúrgica como fonte primeira da espiritualidade.

⁸⁶ SC, n.º 90.

⁸⁷ Instrução Geral sobre a Liturgia das Horas, n.º 202; cf. Instrução Geral sobre a Liturgia das Horas, n.ºs 201-203.

⁸⁸ SL 140.

⁸⁹ 1Ts 5,17.

⁹⁰ Cf. FLORES ARCAS, J. (2004). «El oficio divino: “*Laus perennis*” y santificación de las horas». *Burgense* 45, pp. 131-149.

⁹¹ Cf. *Sacrosanctum Concilium*, n.ºs 83-86.

Desde a Igreja antiga, a Liturgia das Horas tem a característica de santificar o curso do dia e da noite. Por isso, a Liturgia das Horas está intimamente unida ao ritmo do tempo, porque a própria Liturgia se insere no tempo e celebra o tempo da salvação.

A Igreja recorda a importância da Liturgia das Horas como oração de todos, nestes termos:

A Liturgia das Horas destina-se a ser a oração de todo o povo de Deus. Nela, o próprio Cristo «continua esse múnus sacerdotal por intermédio da Sua Igreja» (SC, n.º 83). Cada qual participa nela segundo o seu lugar próprio na Igreja e as circunstâncias da sua vida: os sacerdotes, enquanto dedicados ao ministério pastoral, porque são chamados a permanecerem assíduos na oração e no ministério da Palavra; os religiosos e as religiosas, em virtude do carisma da sua vida consagrada; e todos os fiéis, segundo as suas possibilidades.⁹²

Deste modo, ultrapassa-se a ideia de que esta oração seria uma prerrogativa dos sacerdotes e dos religiosos. Na realidade, «a Liturgia das Horas é a oração realizada em nome da Igreja, de toda a Igreja, da Igreja como tal, a oração que a Igreja reconhece como sua a título muito especial, que não compete com as outras orações ainda que realizadas na Igreja»⁹³. Com efeito, a Liturgia das Horas, como que um prolongamento da Eucaristia, não exclui outras orações e até outras devoções do povo de Deus.

A Liturgia é interpelada diretamente pela nova evangelização, pelo desafio da arte “mistagógica”, pela redescoberta do valor do silêncio, pela ousadia da oração da Liturgia das Horas.⁹⁴ A este respeito, o Papa João Paulo II lançou uma proposta: «A ideia de um dia da comunidade cristã, em que se conjuguem os múltiplos compromissos pastorais e de testemunho no mundo com a celebração eucarística e mesmo com a reza de Laudes e Vésperas, é talvez mais “pensável” do que se crê.»⁹⁵ Aprender esta arte de rezar é entrar dentro do mistério da Liturgia como meta e fonte da vida eclesial.

⁹² *Catecismo da Igreja Católica*, n.º 1175.

⁹³ CUVA, A. (1975). *La Liturgia delle Ore. Note teologiche e spirituali*, Roma, 3.

⁹⁴ Cf. SS 11-15.

⁹⁵ JOÃO PAULO II, *Novo Millennio Ineunte*, n.º 34.

Gostaria de convidar as comunidades paroquiais a descobrirem a beleza da Liturgia das Horas, por exemplo nos tríduos e nas novenas de preparação para as festas de Nossa Senhora e dos santos, tão peculiares na nossa diocese. Com efeito, «a pastoral litúrgica autêntica saberá apoiar-se nas riquezas da piedade popular e orientá-las para a Liturgia, como oferenda dos povos»⁹⁶.

Propomos, especialmente, a igreja-catedral como a casa da Liturgia das Horas. Além do Tríduo Pascal, na catedral, qual *Domus Ecclesiae*, rezaremos as Vésperas II ao domingo, como sinal da *Ecclesia Orans* que é a Igreja diocesana.

3.4. A espiritualidade litúrgica

A vida cristã requer sempre uma vida espiritual, que não pode existir sem a Liturgia.⁹⁷ O Magistério, com efeito, salienta-o claramente e apresenta o lugar fundamental da Liturgia na vida espiritual cristã como «fonte primeira e indispensável do verdadeiro espírito cristão, que é a participação ativa nos santos mistérios e na oração pública e solene da Igreja»⁹⁸.

A Igreja convida, por isso, a redescobrir a celebração litúrgica como expressão da autêntica vida espiritual. Neste sentido, exorta a uma contínua renovação e a uma constante formação litúrgica: «Tendo como finalidade favorecer a compreensão do verdadeiro sentido das celebrações da Igreja e ainda uma adequada instrução sobre os ritos, tal formação requer uma autêntica espiritualidade e a educação para vivê-la em plenitude. Por conseguinte, há que promover ainda mais uma verdadeira “mistagogia litúrgica”, com a participação ativa de todos os fiéis, cada qual segundo as próprias competências, nas ações sagradas, particularmente na Eucaristia.»⁹⁹ A Liturgia constitui, deste modo, uma fonte viva para a espiritualidade cristã.

⁹⁶ *Ibidem*, *Vicesimus Quintus annus*, n.º 18.

⁹⁷ Cf. COELHO, A. (1927). *A importância da cultura litúrgica na vida espiritual* (Vida litúrgica 3). Braga; cf. BIANCHI, E. (2004). *Lessico della vita interiore. Le parole della spiritualità*. Milão, pp. 15-18.

⁹⁸ PIO X (1903-1904). *Motu proprio «Tra le sollecitudini»*, AAS 36: 331.

⁹⁹ JOÃO PAULO II, Exortação pós-sinodal *Ecclesia in Europa* 73; Cf. JOÃO PAULO II, *Pastores Dabo Vobis*, n.º 48.

A Liturgia está na origem do desenvolvimento e da consumação da própria vida cristã. Esta é a vida segundo o Espírito, coerente com Ele. À Liturgia é dado o lugar de «*culmen et fons*»¹⁰⁰ da ação da Igreja. Da mesma Liturgia vem a santificação dos homens em Cristo e a glorificação de Deus, que constituem a estrutura teândrica da Liturgia, a atuação objetiva do evento salvífico.

Podemos dizer que a Liturgia é espiritualidade, ou melhor, a Liturgia é a espiritualidade cristã. A espiritualidade litúrgica é a espiritualidade cristã, no sentido em que «toda a vida cristã deve fundar-se na Liturgia, isto é, na celebração dos sacramentos, sobretudo nos sacramentos da iniciação cristã e da Eucaristia, e, em linha de princípio, na celebração da Liturgia das Horas, no amplo quadro do Ano Litúrgico»¹⁰¹. A espiritualidade cristã, enquanto tal, não pode ser assim chamada a não ser por via sacramental. Aqui se centra a verdadeira e específica espiritualidade do padre diocesano. Trata-se de realizar na vida o que se celebra na Liturgia.¹⁰² Não é uma espiritualidade cristã, mas é a espiritualidade cristã. A sua qualificação própria é a vida dos cristãos em permanente encontro com Jesus Cristo sob a ação do Espírito Santo. O grande esforço de formação e de renovação tem como finalidade favorecer a compreensão do verdadeiro sentido das celebrações da Igreja, através de uma mistagogia litúrgica e da participação ativa e consciente dos fiéis. Daí que «é urgente que se reavive na Igreja o autêntico sentido da Liturgia»¹⁰³. A Liturgia é, com efeito, um instrumento de santificação na celebração da fé da Igreja. Ela constitui, juntamente com a Sagrada Escritura e os ensinamentos dos Padres da Igreja, uma fonte de sólida e verdadeira espiritualidade cristã.

¹⁰⁰ *Sacrosanctum Concilium*, n.º 10.

¹⁰¹ TAMBURINO, F. (2004). «La liturgia fonte di una autentica spiritualità». CENTRO DI AZIONE LITURGICA (ed.). *Liturgia fonte e culmine. A 40 anni dalla costituzione sulla sacra liturgia [54ª settimana liturgica nazionale, Acireale, 25-29 agosto 2003]*, Roma: Edizioni Liturgiche, p. 161; Cf. LOUF, A. (2001). *La vita spirituale*. Bosc: Edizioni Qiqajon, p. 9; Cf. NEUNHEUSER, B. «Spiritualità liturgica». SARTORE, D.-TRICCA, A. M.-CIBIEN, C. (1915). *Liturgia*.

¹⁰² «Deus eterno e onnipotente, que na Páscoa da nova aliança ofereceste aos homens o dom da reconciliação e da paz, fazei que realizemos na vida o que celebramos na fé.». MR, Sexta-feira da Oitava da Páscoa, Oração coletiva.

¹⁰³ JOÃO PAULO II, *Ecclesia in Europa*, n.º 70.

A espiritualidade não se ensina, aprende-se e experimenta-se. À pergunta dos discípulos «onde moras?»¹⁰⁴, Jesus responde «vinde e vede»¹⁰⁵. Esta resposta do Mestre continua a ser um convite permanente para a comunicação plena e o seguimento definitivo de Cristo. Para tal, a Liturgia tem uma comunicação global, verbal e não verbal. A questão da linguagem na liturgia não é simples discurso com palavras, mas o conjunto de representação, expressão e comunicação. Ela «é a norma pela qual todas as outras vidas espirituais verificarão, sempre e com facilidade, os seus desvios e que lhes servirá de guia seguro para encontrar a via ordinária»¹⁰⁶. À Liturgia atribui-se o termo «*lex orandi*», que é ao mesmo tempo «*lex credendi*», na medida em que na oração litúrgica encontramos toda a revelação e o grande depósito da fé da Igreja.

A relação entre a Liturgia e a vida espiritual dos fiéis é bem evidenciada na Liturgia mesma como *culmen et fons* e na sua dimensão cristológica e eclesiológica: «A Liturgia, pela qual, especialmente no sacrifício eucarístico, “se realiza a obra da nossa redenção”, contribui em sumo grau para que os fiéis exprimam na vida e manifestem aos outros o mistério de Cristo e a autêntica natureza da verdadeira Igreja.»¹⁰⁷

O binómio *culmen et fons* é proposto pelo texto conciliar com renovado vigor, quando se apresenta a formação litúrgica e a participação ativa na Liturgia: «[...] ela é a primeira e necessária fonte onde os fiéis hão de beber o espírito genuinamente cristão.»¹⁰⁸ A vida espiritual, liturgicamente orientada, nasce da celebração vivida. «Numa palavra, como poderemos celebrar a Liturgia, se não a vivermos? E o inverso também é verdade: não poderemos vivê-la, se não a celebrarmos.»¹⁰⁹ Alguns imaginam Cristo como o sacramento da salvação de todas as pessoas, mas que está “lá em cima”, e depois a Igreja, outro sacramento, como estando “cá em baixo”, e, por fim, os sete sacramentos da Igreja, realizados de vez em quando. «Este esquema, pensamos nós,

¹⁰⁴ Jo 1,38.

¹⁰⁵ Jo 1,39.

¹⁰⁶ GUARDINI, *O espírito da liturgia*, p. 11.

¹⁰⁷ *Sacrosanctum Concilium*, n.º 2.

¹⁰⁸ *Ibidem*, n.º 14.

¹⁰⁹ CORBON, J. (1999). *A fonte da liturgia*. Lisboa: Paulinas, p. 98.

é uma das causas do divórcio da Liturgia e da vida. Não; só há um Corpo de Cristo, grande e único sacramento.»¹¹⁰

As realidades fundamentais para a espiritualidade litúrgica operada pelo renovamento litúrgico do II Concílio do Vaticano são: a celebração dos sacramentos, o uso dos salmos, a frequência da leitura orante da Bíblia (*lectio divina*), a experiência de uma assembleia orante, a consciência e familiaridade com os grandes textos dos Padres da Igreja e dos escritores eclesiais. Efetivamente, Bento XVI recorda que «na Liturgia da Igreja, na sua oração, na comunidade viva dos crentes, nós experimentamos o amor de Deus, sentimos a Sua presença e aprendemos deste modo também a reconhecê-la na nossa vida quotidiana»¹¹¹. Hoje, sente-se a «necessidade de um Cristianismo que se destaque principalmente pela arte da oração»¹¹². A oração litúrgica, que é a voz da esposa ao Esposo, «é antes de mais nada o instrumento da salvação»¹¹³. Na Liturgia, o mais importante é louvar a Deus. A vida espiritual cristã é a união do homem com Deus.

João Paulo II formulou o voto: «Que neste início de milénio se desenvolva uma “espiritualidade litúrgica”, que leve as pessoas a tomarem consciência de Cristo como primeiro “liturgo”, que não cessa de agir na Igreja e no mundo, em virtude do Mistério pascal continuamente celebrado, e associa a Si mesmo a Igreja para louvor do Pai, na unidade do Espírito Santo.»¹¹⁴

A vida em Cristo, começada na existência e presente pelos mistérios da iniciação cristã, será perfeita na vida futura, onde ouviremos a *Voz do Silêncio de Deus*. Não existirá verdadeira espiritualidade litúrgica sem a experiência viva destas palavras: «Vos agradecemos, porque nos permitistes estar na vossa presença e oferecer-Vos o nosso serviço.»¹¹⁵

A Liturgia, enquanto fonte e vértice da vida cristã, deve traduzir-se em espiritualidade, ou seja, em vida «segundo o Espírito»¹¹⁶. O culto cristão pode resumir-se nas palavras de Paulo: «Exorto-vos, portanto, irmãos, pela misericórdia de Deus, a que ofereçais vossos corpos como

¹¹⁰ *Idem, ibidem*, p. 72.

¹¹¹ BENTO XVI, *Deus caritas est*, n.º 17.

¹¹² JOÃO PAULO II, *Novo Milénio Ineunte*, n.º 32.

¹¹³ GUARDINI, *O espírito da liturgia*, p. 95.

¹¹⁴ JOÃO PAULO II, *Spiritus et Sponsa*, n.º 16.

¹¹⁵ BOTTE (ed.), *La tradition apostolique* 4, 16.

¹¹⁶ RM 8,4; Cf. GL 5,16.25.

hóstia viva, santa e agradável a Deus: este é o nosso culto espiritual.»¹¹⁷ Em Cristo e no Seu Espírito, toda a existência cristã se torna um sacrifício vivo e agradável a Deus, isto é, um autêntico culto espiritual.

O reconhecimento da aceitação da relação fundamental que une o homem a Deus, expressa-se em atitudes de adoração, ação de graças e súplica. Pelo que se pode definir o culto cristão como «o momento em que os homens, tomando consciência da sua inserção em Cristo, realizam em si mesmos, segundo formas propriamente culturais (adoração, aliança, ação de graças) manifestadas externamente, aquela mesma totalidade de “serviço” a Deus que Cristo rendeu ao Pai, aceitando plenamente a Sua vontade na atenção constante à Sua voz e na perene fidelidade à Sua aliança»¹¹⁸.

A caridade é o elemento imprescindível para a verdade do culto cristão e a fé confere-lhe plena atuação. A Liturgia é ação da Igreja, em que torna presente Cristo, e esta ação assume a fisionomia de ação ritual, como é descrita nas ciências antropológicas.

A qualificação própria da espiritualidade litúrgica é «Por Nosso Senhor Jesus Cristo, Vosso Filho, que é Deus convosco na unidade do Espírito Santo», isto é, ao Pai (*ad Patrem*), pelo Filho (*per Filium*), no Espírito Santo (*in Spiritu*). Todo o dom salvífico vem do Pai (*ex Patre*), pelo Filho (*per Filium*), no Espírito Santo (*in Spiritu*) e no Espírito Santo, pelo Filho, volta de novo ao Pai.¹¹⁹ A fórmula «a, per, in, ad» expressa a dinâmica descendente e ascendente que abarca toda a Liturgia.

Trata-se de viver a Liturgia como obra da Santíssima Trindade¹²⁰, bem expressa na doxologia final da oração eucarística: «Por Cristo, com

¹¹⁷ RM 12,1.

¹¹⁸ MARSILI, S. «Culto». In: *Dizionario Teologico Interdisciplinare*, vol. 1, p. 661.

¹¹⁹ Cf. VAGGAGINI, C. (1965). *El sentido teologico de la liturgia. Ensayo de liturgia teológica generale*. Madrid: BAC, p. 181.

¹²⁰ Cf. *Catecismo da Igreja Católica*, n.ºs 1077-1112. Daqui decorrem duas dificuldades: uma dificuldade teológica acerca do Espírito Santo, porque não tem nome. Para São Tomás de Aquino, o problema resolve-se porque o Espírito Santo, que é amor e dom (TOMÁS DE AQUINO (1996). *Somma teologica, I parte, questioni 36-38*, vol. 1. Bolonha: Studio Domenicano, pp. 345-362) não tem nome. A segunda dificuldade respeita à possibilidade de perceber o *ergon* da espiritualidade litúrgica, mas como diz Santo Inácio de Antioquia: «Aquele que possui verdadeiramente a palavra de Jesus pode compreender o seu silêncio, porque o Senhor conhece-se no seu silêncio, a fim de poder ser perfeito e agir segundo a sua palavra.» (P.-TH. CAMELOT (ed.), «Ignace aux

Cristo, em Cristo, a Vós, Deus Pai todo-poderoso, na unidade do Espírito Santo, toda a honra e toda a glória agora e para sempre.» O Pai é a fonte e o fim da Liturgia. Cristo significa e realiza na Liturgia o Seu mistério pascal e age pelos sacramentos. A missão do Espírito Santo na Liturgia é preparar para o encontro com Cristo e tornar presente a obra salvífica de Cristo pelo dom da comunhão na Igreja orante.

3.5. O Ano Litúrgico

O ano é tido como a unidade mais longa do tempo dos homens, segundo o ritmo cíclico da terra à volta da sua fonte de luz. Partindo do dia da Páscoa, como sua fonte de luz, o Ano Litúrgico não é um calendário de festas, mas o desenrolar dos diferentes aspetos do único mistério de Cristo. No seu conjunto, o Ano Litúrgico é imagem e “sinal sacramental” do plano eterno de salvação, que inclui o mistério de Cristo.

Assim, em cada ano, com o tempo do Advento e da manifestação do Senhor inaugura-se o novo Ano Litúrgico, no qual a Igreja

considera seu dever celebrar em determinados dias do ano, a memória sagrada da obra de salvação do seu divino Esposo. Em cada semana, no dia a que se chamou domingo, celebra a memória da Ressurreição do Senhor, como a celebra também uma vez no ano na Páscoa, a maior das solenidades, unida à memória da Sua Paixão. [A Igreja] distribui todo o mistério de Cristo pelo correr do ano, da Encarnação e Nascimento à Ascensão, ao Pentecostes, e à expectativa da feliz esperança e da vinda do Senhor.¹²¹

Na sua estrutura temporal orgânica, segundo os livros litúrgicos da Liturgia romana, o Ano Litúrgico começa no primeiro domingo do Advento e termina no sábado posterior à solenidade de Cristo Rei do universo. Antes, convém advertir que esta noção de Ano Litúrgico como um todo desenvolveu-se lentamente, em torno de dois eixos fundamentais: primeiro a Páscoa e a sua preparação (a Quaresma); depois, a partir do século VI, o Natal e a sua preparação (Advento), tendo,

Éphésiens 15,1», *SCh* 10bis, 70-71) Na verdade, só podemos louvar o Senhor com as palavras do silêncio.

¹²¹ *Sacrosanctum Concilium*, n.º 102; cf. SAGRADA CONGREGAÇÃO DOS RITOS-CONSILIIUM, *Normas gerais sobre o Ano Litúrgico e o calendário*, n.º 17.

ainda, em conta os grandes ciclos cósmicos, tanto lunar como solar. Isto verifica-se, de modo particular, no Martirologio, o último livro da reforma litúrgica que aparecerá dentro em breve em português.¹²² O Ano Litúrgico integra, portanto, em cada semana, o dia do Senhor (o domingo) e anualmente a solenidade da Páscoa e as restantes festas. Com efeito, nos diversos tempos do ritmo anual na Liturgia, a Igreja recorda todo o mistério de Cristo, venera a Virgem Maria e comemora os mártires e os santos.

A teologia do Ano Litúrgico pode ser considerada a partir do seu carácter de repetitividade tal «como uma estrada que segue serpenteando em volta de um monte com o objetivo de poder chegar pouco a pouco, numa subida gradual, ao cume íngreme, assim nós devemos percorrer sob um plano elevado a mesma estrada, até que atinjamos o ponto final, Cristo mesmo, nossa meta»¹²³. Nunca devemos perder de vista que o autêntico protagonista do Ano Litúrgico é o Cristo místico, isto é, o mesmo Senhor Jesus Cristo glorificado, unido com a Sua esposa, a Igreja.¹²⁴

O Ano Litúrgico deve ser considerado como uma autêntica Liturgia, ou seja, o conjunto dos momentos salvíficos, celebrados ritualmente pela Igreja, mediante a Eucaristia que é memorial dos acontecimentos do mistério da salvação realizados na história. O seu fundamento bíblico-teológico radica na celebração e atualização do mistério de Cristo no tempo.

Por conseguinte, a coordenada *tempo*¹²⁵ é a categoria dentro da qual se opera a salvação. O facto de Deus ter entrado no tempo bafejou-o de eternidade. O tempo litúrgico não é uma noção, nem se entende em termos da cronologia, sendo antes considerado como manifestação do tempo propício dos eventos salvíficos (*kairoî*) que ritmam a existência temporal, um espaço vital do Espírito de Cristo, presente no quotidiano do cristão.

Então, a história da salvação ritualizada nas ações litúrgicas é o cumprimento em nós, num movimento aberto e ascensional até à pleni-

¹²² *Editio altera*, 2004.

¹²³ CASEL, O. (1985). *Il mistero del culto cristiano*. Roma: Borla, p. 108.

¹²⁴ Cf. CASEL, O. *Il mistero del culto cristiano*, p. 109.

¹²⁵ Dimensão circunstancial que determina a existência humana e a que o homem não se poderá nunca furtar.

tude, do mistério de Cristo, que a Igreja celebra cada ano, nos seus diversos aspetos, para tornar presente e comemorar o dom da salvação, não segundo esquemas subjetivos mas através de um plano sacramental. O que aconteceu de uma vez para sempre na vida histórica de Jesus, torna-se sacramentalmente presente à Sua Igreja, cada vez que se cumpre o imperativo evangélico «fazei isto em Minha memória»¹²⁶. Efetivamente, só na teologia do mistério de Cristo se entende corretamente como a Liturgia é presença real deste único mistério, antes de tudo por ser o seu memorial, continuando a história da salvação realizada em Cristo. A consciência da Igreja, no II Concílio do Vaticano, redescobriu a Liturgia de maneira verdadeiramente nova como «meta, para a qual se encaminha a ação da Igreja e ao mesmo tempo a fonte de onde promana toda a sua força»¹²⁷. Ao longo do Ano Litúrgico proclama-se Cristo com toda a amplitude do mistério pascal, por meio do anúncio da Palavra, da celebração ritual-sacramental em determinados dias e tempos de festa (ritmo diário, semanal e anual), especialmente ao Domingo, que é o fundamento e centro de todo o Ano Litúrgico e o dia de festa primordial, porque o Cristianismo é, sobretudo, uma história, um acontecimento celebrado e anunciado. No atual contexto cultural e pelo ritmo da sociedade, é natural que o Ano Litúrgico sofra o impacto dos fenómenos característicos da industrialização, urbanização, secularização, consumismo, tempo livre, férias e em certos aspetos causa uma verdadeira colisão de calendário. Hoje, que se sente tanto a necessidade de um calendário próprio e diferente a nível mundial, nacional, diocesano, paroquial, terá ainda sentido o Ano Litúrgico?

Já um meu ilustre antecessor, D. Abílio Augusto Vaz das Neves, escrevia, dois anos antes da abertura do extraordinário evento do Concílio Vaticano II: «A Liturgia que se estende por todo o ano é uma verdadeira escola de perfeição e formação cristã.»¹²⁸

De acordo com a inteligência da Liturgia como *culmen et fons*, o Ano Litúrgico não é mais um ano-calendário, mas marca a centralidade da vida cristã, que deve ritmar toda a ação eclesial. Na realidade, as har-

¹²⁶ LC 22,19.

¹²⁷ *Sacrosanctum Concilium*, n.º 10.

¹²⁸ VAZ DAS NEVES, A. A. (1960). *Exortação pastoral sobre Liturgia Sagrada e a Sé Nova*. Porto, 5.

moniosas disposições sobre o Ano Litúrgico não se expressam, porém, sem distorções nem choques culturais nas distintas tradições litúrgicas, nas Igrejas particulares, no confronto com a religiosidade popular, com os planos pastorais e programação civil. Isto requer, cada vez mais, uma pastoral do Ano Litúrgico, até porque se nota, habitualmente, que os tempos litúrgicos são mais uma ocasião para realizar iniciativas pastorais do que verdadeiras celebrações do mistério de Cristo.

Com esta recordação dos mistérios da Redenção, a Igreja oferece aos fiéis, as riquezas de todas as dimensões da vida de Cristo, com a qual se devem sempre confrontar, para que cresça neles a graça. O centro e o sentido último do Ano Litúrgico radica no mistério de Cristo, o qual «é sempre igual e sempre igual na sua plenitude»¹²⁹, como momento da história salvífica, que se estende no âmbito da comunidade humana.

No mesmo sentido se situa o fundamento teológico-litúrgico das festas de Maria na celebração do mistério de Cristo pois deriva da sua participação íntima na história da salvação através da sua presença ativa nos mistérios da vida de Cristo. É o reconhecimento que Cristo veio a nós, na plenitude do tempo¹³⁰, por meio de Maria.

No desenvolvimento do único ciclo litúrgico, a Igreja celebra também a memória de São José¹³¹, de São João Batista (duas vezes¹³²), de São Pedro e São Paulo e dos outros Apóstolos, dos mártires, de tantos homens e mulheres santos e beatos.

Por isso, podemos dizer que o Ano Litúrgico é o mistério de Cristo. O Ano Litúrgico celebra o mistério de Deus em Cristo, porquanto está radicado sobre aquela série de eventos, mediante os quais Deus entrou

¹²⁹ CASEL, O. (1995). *Presenza del mistero di Cristo. Scelta di testi per l'anno liturgico*, Brescia: Queriniana, p. 5.

¹³⁰ Cf. GL 4,4-6.

¹³¹ A liturgia, ao celebrar os mistérios da vida do Salvador, sobretudo os do nascimento e da infância, comemora frequentemente a figura e o papel de São José: no tempo do Advento; no tempo de Natal, em particular na festa da Sagrada Família; na solenidade do dia 19 de março; na memória do 1.º de maio. O nome de São José ocorre no *Communicantes* do Missal Romano e na *Ladainha dos Santos...*», CONGREGAÇÃO PARA CULTO DIVINO E A DISCIPLINA DOS SACRAMENTOS, *Directório sobre a piedade popular e a liturgia*, n.º 175.

¹³² No calendário romano, é o único santo do qual se celebra quer o nascimento, a 24 de junho, quer a morte como martírio, a 29 de agosto.

na história e na vida do homem. O fundamento bíblico-teológico do Ano Litúrgico é a história da salvação, o próprio facto de Deus que entra na história. O tempo está carregado de eternidade, onde Deus manifesta o Seu plano salvífico, ou seja, o Seu mistério.

3.6. O Domingo

A Igreja celebra em cada ano o mistério pascal de Cristo nos seus diversos aspetos que tornam presente e comunicam o dom da salvação, não segundo esquemas subjetivos, mas mediante um plano sacramental. A celebração deste mistério tem no Domingo o seu fundamento e centro, sendo o principal dia de festa para os cristãos, o seu dia de alegria e do repouso.¹³³ O texto referencial sobre o Domingo evidencia que: «Por tradição apostólica, que nasceu do próprio dia da Ressurreição de Cristo, a Igreja celebra o mistério pascal todos os oito dias, no dia em que bem se denomina dia do Senhor ou Domingo.»¹³⁴

O Domingo celebra-se desde as origens do Cristianismo como acontecimento originário e distintivo de uma “novidade”. Os testemunhos mais antigos são os textos neotestamentários dos Atos dos Apóstolos, da Primeira Carta aos Coríntios e do Apocalipse¹³⁵, que apresentam a celebração do Domingo, “dia do Senhor”, ligada ao acontecimento da Páscoa. Este dia era o primeiro da semana hebraica, no qual os cristãos se reuniam para a fração do pão. Com estes textos relacionam-se as narrações das aparições do Ressuscitado¹³⁶ no próprio lugar do sepulcro, em Emaús e no cenáculo.

O significado teológico do Domingo¹³⁷ é dado pelos próprios nomes com os quais foi conhecido ao longo da história da Igreja: «o primeiro dia da semana», «o oitavo dia», «o dia que fez o Senhor», «o dia que não conhece ocaso», «o dia do Senhor»¹³⁸, «o dia da Ressurreição», «o dia do sol», «o dia dos sacramentos», «o dia da alegria» e «o dia da assembleia».

¹³³ Cf. *Sacrosanctum Concilium*, n.º 106.

¹³⁴ *Ibidem*, n.º 106.

¹³⁵ 1COR 16,2; AT 20,7-11; AP 1,9-10.

¹³⁶ MT 28,1; MC 16,2; LC 24,1.13; JO 20,1.19.

¹³⁷ Para aprofundar: AUGÉ, M. (1995). *La domenica. Festa primordiale dei cristiani*. Cinisello Balsamo (Milano): Edizioni San Paolo.

¹³⁸ Cf. *Catecismo da Igreja Católica*, n.º 1166.

A palavra Domingo é hoje um substantivo que deriva de um adjetivo grego, *kuriakh*, (do Senhor). Em latim traduziu-se por *Dominicus dies* (o dia do Senhor).

O Domingo não pode ser submetido a outras celebrações porque «é o fundamento e o centro de todo o Ano Litúrgico», que nasce do próprio dia da Ressurreição de Cristo, no qual a Igreja celebra o mistério pascal todos os oito dias. «O Domingo é, pois, o principal dia de festa a propor e inculcar no espírito dos fiéis; seja também o dia da alegria e do repouso.»¹³⁹ A festa é uma celebração comemorativa dos acontecimentos realizados por Deus em favor do homem na história. Na verdade, todo o Ano Litúrgico decorre em torno de um único mistério, o da morte e Ressurreição de Cristo, do qual a Igreja vive continuamente. Por tal motivo, o Tempo Comum, da mesma maneira que os outros tempos do Ano Litúrgico, não significa outra coisa que a celebração continuada deste mesmo e único mistério de Cristo, solenizado em cada Domingo.

A célebre frase dos mártires africanos de Abitinas – «não podemos viver sem o Domingo»¹⁴⁰ – evoca a centralidade do Ressuscitado na vida da Igreja e da humanidade e indica as razões que tornam bela a vida humana: contemplar a beleza de Cristo, viver a Sua caridade, saborear a festa e o repouso no Senhor, participando da Eucaristia. A Liturgia do dia do Senhor compromete, ainda, os cristãos ao amor dos irmãos na caridade, tal como se intercede na Oração Eucarística II: «Lembraí-Vos, Senhor da Vossa Igreja, dispersa por toda a terra, e tornai-a perfeita na caridade.»

De facto, como escreve o beato João Paulo II: «É precisamente na Missa dominical que os cristãos revivem, com particular intensidade, a experiência feita pelos Apóstolos na tarde de Páscoa, quando, estando eles reunidos, o Ressuscitado lhes apareceu (cf. JO 20,19). Naquele pequeno núcleo de discípulos, primícias da Igreja, estava de algum modo presente o povo de Deus de todos os tempos.»¹⁴¹

Nas circunstâncias atuais, o Domingo como o dia do Senhor fica, muitas vezes, diluído num “fim de semana”. Por isso, é necessário redescobrir o seu sentido verdadeiro. Pois, se o Domingo deixar de ser um dia

¹³⁹ *Sacrosanctum Concilium*, n.º 106; cf. *ibidem*, n.º 102.

¹⁴⁰ Cf. «Actas dos Mártires», in *Antologia Litúrgica*, 582.

¹⁴¹ JOÃO PAULO II, *Dies Domini*, n.º 33.

no qual haja espaço para a oração, o repouso, a união e a alegria, pode acontecer que, como refere o Papa, «o homem permaneça encerrado num horizonte tão restrito, que já não lhe permite ver o “céu”. Então, mesmo bem trajado, torna-se intimamente incapaz de “festejar”.»¹⁴² Apesar de tudo, a Igreja vive fielmente este dia semanal da Palavra e da Eucaristia.

O Domingo caracteriza-se, sobretudo, pela celebração da Eucaristia, na qual a família de Deus «reunida para escutar a palavra da salvação e participar no pão da vida, celebra o memorial do Senhor ressuscitado, na esperança do domingo que não tem ocaso»¹⁴³, quando toda a humanidade entra no descanso de Deus. No entanto, «se for impossível a participação na celebração eucarística por falta de ministro sagrado ou por outra causa grave, recomenda-se muito que os fiéis tomem parte na Liturgia da Palavra, se a houver na igreja paroquial ou noutro lugar sagrado, celebrada segundo as prescrições do bispo diocesano, ou consagrem um tempo conveniente à oração pessoal ou em família ou em grupos de famílias conforme a oportunidade»¹⁴⁴.

Surge pois o apelo à preparação dos fiéis para viverem, em fidelidade à Igreja, estes momentos imprescindíveis e únicos para a vida do cristão.

3.7. Os Ministérios na Liturgia

Os vários ministérios operantes no interior da celebração, para o bem do povo de Deus, não são funções de poder mas de diaconia que deriva do sacerdócio de Cristo. A regra de ouro de cada ministro ou simples fiel no exercício da sua função é «fazer tudo e só o que é da sua competência, segundo a natureza do rito e as leis litúrgicas.»¹⁴⁵

Com o *Motu proprio Ministeria quaedam*, Paulo VI decretou a reforma dos ministérios não ordenados segundo as diretivas do II Concílio do Vaticano.¹⁴⁶ Tal reforma moveu-se em quatro direções:

1. o termo *ordem* é reservado aos ministérios sacramentais, adotando-se para os outros a denominação de ministérios instituídos;

¹⁴² *Idem, ibidem, Dies Domini*, n.º 4.

¹⁴³ *Missal Romano*, Prefácio X dos Domingos do Tempo Comum

¹⁴⁴ *Código de Direito Canónico*, cân. 1248 §2.

¹⁴⁵ *Sacrosanctum Concilium*, n.º 28.

¹⁴⁶ Cf. *ibidem*, n.ºs 62; 28.

2. dá-se a abolição do conceito de ordem menor: desaparecem a tonsura e o ostiário, o exorcista e o subdiaconado;
3. mantêm-se como ministérios instituídos só o leitorado e o acolitado;
4. mantendo estes dois ministérios em toda a Igreja latina, consente-se às conferências episcopais nacionais de propor outros e solicitar à Sé Apostólica a instituição dos mesmos, se necessários para a região.

Podemos, por conseguinte, distinguir entre ministérios ordenados e ministérios instituídos. Por outro lado, distinguimos ainda entre os ministérios instituídos e os não instituídos. Estes últimos são as inumeráveis formas espontâneas de serviço, de culto, de catequese, de caridade, com os quais a Igreja é rica em virtude e dom do Espírito Santo. Os ministérios ordenados são um serviço permanente dentro do sacramento da Ordem e são os bispos, os presbíteros e os diáconos. Tratando-se dos Apóstolos e dos seus sucessores, constituem a hierarquia eclesial.

Os ministérios instituídos são aqueles serviços eclesiais que a Igreja confere com um rito próprio, na base de atitudes, da preparação e do testemunho cristão, aos fiéis para assumirem funções especiais na comunidade. Antes, eram chamados de ordens menores e agora designam-se de leitor e acólito para o serviço da Palavra, da Eucaristia e dos sacramentos.

Segundo o novo ritual da instituição dos leitores e acólitos, o leitor que proclama a Palavra de Deus do ambão é ícone da Igreja que anuncia ao mundo o Evangelho e está ao serviço da fé. Ao leitor, a Igreja entrega o livro da Sagrada Escritura e pede: «Anuncia fielmente a Palavra de Deus, para que ela seja cada vez mais viva no coração dos homens.»¹⁴⁷ A sua presença e o seu ministério são a resposta da Igreja ao mandato recebido: «Ide por todo o mundo e anunciai o Evangelho a todas as criaturas.»¹⁴⁸

O acólito resume em si grande parte das funções que realizava o subdiácono e que pertencem ao ministro extraordinário da comunhão. Entre os ministérios instituídos é aquele que se aproxima mais do tra-

¹⁴⁷ PONTIFICAL ROMANO (1993). *Reformado por decreto do Concílio Ecuménico Vaticano II, promulgado por autoridade de S.S. o Papa Paulo VI, Instituição dos Leitores e dos Acólitos*. Coimbra: Gráfica de Coimbra, n.º 33.

¹⁴⁸ Mc 16,15.

dicional conceito de ordem sacra. «A vós se confia o ministério de ajudardes os presbíteros e os diáconos no desempenho das suas funções e de distribuídes aos fiéis, incluindo os doentes, como ministros extraordinários, a sagrada comunhão»¹⁴⁹, são as palavras indicativas do serviço dos acólitos. Na instituição, exorta-se ao acólito: «Vive de tal modo que possas servir dignamente a mesa do Senhor e da Igreja.»¹⁵⁰ A instituição dos ministros extraordinários da comunhão foi disposta em 1973 pela Instrução *Immensae caritatis*¹⁵¹, para tornar mais fácil a comunhão sacramental em algumas circunstâncias. A Conferência Episcopal Portuguesa também publicou um *Ritual do ministro extraordinário da Comunhão*¹⁵² a 15 de agosto de 1980.

Desde os primeiros séculos se levou a comunhão aos ausentes da assembleia litúrgica (prisoneiros, doentes...), se guardou a Eucaristia em casa, como provisão para os dias em que ela não era celebrada, se fazia transportar a Eucaristia por cristãos leigos e se recebia a Eucaristia nas mãos.

A partir do século IX, entre as várias e profundas mudanças que a Liturgia sofreu, verificou-se o afastamento progressivo dos leigos das funções litúrgicas. Começou, então, uma clericalização (clericalismo) em que os clérigos faziam tudo na Liturgia: a distribuição da comunhão foi confiada aos clérigos maiores; os leigos deixam de tocar as sagradas Espécies; os leigos deixam de comungar nas mãos; dá-se um afastamento da comunhão e começam outras formas de devoção eucarística.

Com o Vaticano II dá-se de novo a reaproximação dos leigos à Eucaristia. Os ministros extraordinários da comunhão¹⁵³ são os acóli-

¹⁴⁹ PONTIFICAL ROMANO, *Instituição dos Leitores e dos Acólitos*, n.º 41.

¹⁵⁰ *Idem, ibidem*, n.º 43.

¹⁵¹ Cf. SAGRADA CONGREGAÇÃO DA DISCIPLINA DOS SACRAMENTOS, Instrução *Immensae caritatis*.

¹⁵² Este ritual tem três edições. SNL, *Ritual do ministro extraordinário da comunhão* (31998). Coimbra: Gráfica de Coimbra.

¹⁵³ «O fiel designado como ministro extraordinário da sagrada Comunhão e devidamente preparado deverá distinguir-se pela sua vida cristã, pela sua fé e bons costumes. Esforçar-se-á por ser digno deste nobilíssimo encargo, cultivará a devoção à santíssima Eucaristia e dará exemplo aos demais fiéis de respeito ao Santíssimo Sacramento do altar. Não seja escolhido para tal função alguém cuja designação possa causar surpresa aos fiéis». (SAGRADA CONGREGAÇÃO DA DISCIPLINA DOS SACRAMENTOS, *Immensae caritatis*)

tos instituídos e aquelas pessoas que o bispo considerar idóneas. Eles exercem o seu ministério quando não existem os ministros ordinários suficientes para distribuir a comunhão. As circunstâncias em que os ministros extraordinários podem fazê-lo são:

- A. durante a celebração da Eucaristia, devido a uma grande afluência de fiéis, ou por qualquer dificuldade particular da parte do celebrante;
- B. fora da Missa, quando em virtude de grandes distâncias que separam os lugares se torna difícil levar as sagradas Espécies, especialmente sob a forma de Viático, aos doentes que se encontram em perigo de vida, ou quando o número dos doentes é tal que exige a intervenção de vários ministros, o que pode suceder sobretudo em hospitais ou outras instituições similares.

O ministério extraordinário da Comunhão é um sinal da nova sensibilidade eclesial, da fraterna colaboração, do sentido verdadeiro do serviço e da ministerialidade da Igreja.

Os ministérios não instituídos são os que derivam dos sacramentos do Batismo e da Confirmação. Entre estes podem mencionar-se os ministros extraordinários da comunhão, os leitores e os acólitos não instituídos, catequistas para o tempo catecumenal, salmistas, *schola cantorum*, comentadores, animadores musicais e sacristães.

Todos os fiéis que pelo seu sacerdócio comum participam no único sacerdócio de Cristo, isto é, os batizados estão habilitados a exercer o culto, sobretudo, nas ações litúrgicas. A sua participação ativa deve ser, antes de tudo, interior com os atos da mente e do coração, para se conformarem às palavras e aos gestos, cooperando com a graça de Deus. A participação manifesta-se mediante os atos, as orações, o canto, o silêncio, os gestos rituais e a posição do corpo.

No fundo, a grande preocupação da pastoral litúrgica é fazer com que a participação não se reduza a uma atividade limitada ao momento ritual, mas que comprometa o crente na sua existência quotidiana.

Na nossa diocese temos uma experiência feliz das escolas litúrgicas dos acólitos. Encorajo a sua continuidade e a criação nas paróquias e unidades pastorais onde ainda não existem, porque

o serviço ao altar é, frequentemente, premissa para outras formas de serviço na comunidade cristã. Esta experiência, sabiamente integrada com a

educação à oração litúrgica, à escuta da Palavra, à vida sacramental, pode ser configurada como um verdadeiro itinerário aberto à vocação sacerdotal. Por este motivo, a pastoral vocacional ao ministério sacerdotal dedica uma especial atenção aos acólitos. Muitos sacerdotes e seminaristas, antes de entrar no seminário, fizeram parte dos grupos dos acólitos e prestaram serviço ao altar.¹⁵⁴

3.8. Homilia

No último sínodo sobre *A Palavra de Deus na vida e na missão da Igreja*, os Padres sinodais, nas Proposições entregues ao Papa, referiram-se à sacramentalidade da Palavra de Deus e evidenciaram a relação da homilia com a espiritualidade do presbítero:

A homilia faz que a Palavra proclamada se atualize [...] ela conduz ao mistério que se celebra, convida à missão e partilha as alegrias e dores, as esperanças e os medos dos fiéis... Deveria haver uma homilia em todas as missas “*cum populo*”, também durante a semana. É preciso que os pregadores (bispos, presbíteros e diáconos) se preparem na oração, para que preguem com convicção e paixão. Devem pôr-se três perguntas: O que é que dizem as leituras proclamadas? O que é que me dizem a mim? O que é que devo dizer à comunidade, tendo em conta a sua situação concreta? O pregador deve ser o primeiro a deixar-se interpelar pela Palavra de Deus que anuncia.¹⁵⁵

A homilia é parte integrante da celebração.

O presidente exerce também a sua função própria e o ministério da palavra quando faz a homilia. Com ela, de facto, leva os seus irmãos a uma saborosa compreensão da sagrada Escritura, abre o espírito dos fiéis à ação de graças pelas maravilhas de Deus, alimenta a fé dos presentes acerca da palavra que, na celebração, pelo Espírito Santo, se torna sacramento, e por fim prepara-os para uma comunhão frutuosa e convida-os a assumir as exigências da vida cristã.¹⁵⁶

¹⁵⁴ CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA, PONTIFÍCIA OBRA PARA AS VOCAÇÕES SACERDOTAIS (2012). *Orientações pastorais para a promoção das vocações ao ministério sacerdotal*, n.º 18.

¹⁵⁵ SÍNODO DOS BISPOS, *Proposições entregues ao Papa 2008*, n.º 15.

¹⁵⁶ *Ordenamento das Leituras da Missa*, n.º 41.

Para fazer bem uma homilia, é importante:

1. Incidir numa só ideia ajudando, para isso, partir de uma passagem das leituras do dia.¹⁵⁷
2. Falar como falaria hoje Cristo, ter a experiência do que se prega e viver o que se prega, isto é, deixar transparecer o amor e paixão pela causa de Cristo.
3. Conseguir um bom princípio e um bom final.
4. Conhecer a Deus como “Palavra” e conhecer a mensagem da Palavra de Deus “escrita”.
5. Conhecer a situação real da comunidade a quem se prega e não passar o tempo a denunciar limites mas potenciar a força do Espírito que habita em todos.
6. Estabelecer a relação entre a mensagem e a situação.
7. Comunicar, servindo-se das técnicas de comunicação; usar a interrogação e o silêncio interpelante.
8. Escolher o género literário a utilizar na pregação.
9. Escrever o que se vai pregar e pregar o que se escreveu.
10. Ser breve; o ideal é 10 minutos como máximo: dizer o essencial em pouco tempo requer uma preparação cuidada.
11. Respeitar os silêncios: o silêncio é eloquente.
12. Rever após a realização.

Convido vivamente os presbíteros e os diáconos a bem preparar e a pregar a homilia, como parte integrante da celebração litúrgica.

O orador deverá pedir a Deus que ponha nos seus lábios palavras boas (o Senhor esteja no meu coração e nos meus lábios para anunciar dignamente o Seu Santo Evangelho). Com Santo Agostinho, também nós auguramos: «Se pregando o que não fazem, os oradores são úteis a um grande número, sê-lo-iam muito mais se fizessem o que dizem.»

3.9. A *lectio divina*

A feliz iniciativa da *lectio divina* na nossa catedral e a surpreendente participação, sobretudo dos jovens, motivam a sua continuidade, para

¹⁵⁷ Esta passagem encontra o fundamento da sua escolha apercebendo bem o sentido das orações: coleta, ofertório e depois da comunhão, que normalmente delinham o fio condutor da temática da celebração.

juntos escutarmos a Esperança. Sobretudo no tempo da Quaresma, a *lectio divina* é *lectio litúrgica*, porque centrada nos textos do lecionário para cada Domingo.

A *lectio divina* está para a Bíblia como a mistagogia está para a Liturgia. A mistagogia é, com efeito, o nutrir-se da Liturgia que se celebra e o guiar para o Mistério. «A Palavra de Deus torna-se perceptível à fé através do “sinal” de palavras e gestos humanos. A fé reconhece o Verbo de Deus, acolhendo os gestos e as palavras com que Ele mesmo se nos apresenta. Portanto, o horizonte sacramental da revelação indica a modalidade histórico-salvífica com que o Verbo de Deus entra no tempo e no espaço, tornando-Se interlocutor do homem, chamado a acolher na fé o seu dom.»¹⁵⁸

«Para o homem de fé, é preciso aprofundar esta noção da sabedoria, que se baseia numa experiência vivida e na meditação da palavra como fundadora da própria realidade, de autenticidade dos conceitos e dos valores.»¹⁵⁹

3.10. O lugar da celebração

O Cristianismo tem casas dedicadas em que a Igreja se realiza como tal: assembleia santa convocada por Deus para a celebração da Aliança mediante a palavra e o sacramento. «Com razão, pois desde tempos antigos se chamou também “igreja” ao edifício onde a comunidade cristã se reúne para aí ouvir a palavra de Deus, orar em conjunto, receber os sacramentos, celebrar a Eucaristia.»¹⁶⁰

O lugar em que a igreja – e os cristãos *in ecclesia* – se incorporam em Cristo pela oração, pela Palavra e pelos sacramentos, partilham subordinadamente da natureza sacramental do que nela se realiza. É um lugar sagrado.

O lugar da celebração (igreja) é muito mais do que um edifício, é a casa para a assembleia do povo de Deus (*domus ecclesiae* = casa da Igreja). Antes de mais, a Liturgia realça a centralidade do altar, figura de Cristo, sacerdote, altar e cordeiro do próprio sacrifício¹⁶¹ realizado

¹⁵⁸ BENTO XVI, *Verbum Domini*, n.º 56.

¹⁵⁹ MATTOSO, J. (2012). *Levantar o céu. O labirinto da sabedoria*, Círculo de Leitores.

¹⁶⁰ *Preliminares do Rito da dedicação da Igreja*, n.º 1.

¹⁶¹ Cf. HB 9,11-14.

de uma vez por todas. O altar, sinal do altar-mesa e do altar-lugar do sacrifício, é o fulcro da celebração litúrgica e evidencia a sua profundidade cristológica.

Determinante é a ordenação do espaço sagrado em função do trinómio: altar – ambão – sede.¹⁶² À volta destes três elementos congrega-se a assembleia: uma comunidade de escuta da Palavra de Deus, uma comunidade orante, e uma comunidade que vive dos sacramentos. A igreja é pois assim a casa da Igreja, isto é, morada da comunidade convocada. A sua importância é tal que todos os anos a festa da celebração anual da dedicação da igreja deve ser a festa mais importante da paróquia. No caso de se desconhecer o dia em que foi dedicada pode escolher-se um Domingo antes da Festa de Todos os Santos ou então o dia 25 de outubro.¹⁶³

3.10.1. O altar

O termo *altar* é composto por duas palavras: *alta*, que tanto pode derivar do adjetivo latino *altus/a/um* e que estaria aqui a indicar uma estrutura alta, como pode ser o participio do verbo *alere* (alimentar), que aqui indicaria uma estrutura destinada à função de nutrir. A segunda parte da palavra *ara*, deriva do latim *arere*, que significa arder, queimar. O altar seria então o *lugar do fogo* (Is 6,6; Ap 8,5).

O altar cristão tem a sua origem específica na *mesa* da Última Ceia. É nesta mesa que Jesus coloca o Seu corpo e sangue nas espécies de pão e vinho, qual realização do sacrifício profético do cordeiro pascal. Por isso, a mesa convivial é também sacrificial. Na mesa do Cenáculo é o próprio Deus que se oferece ao homem.

No início, os altares eram de madeira e móveis. Mas, já no século IV aparecem os altares de pedra e estáveis num lugar. A sua forma é tendencialmente quadrada e assemelham-se a cubos, representando uma cruz grega, isto é, com as hastes iguais, dobrada sobre si própria.¹⁶⁴

¹⁶² Deverá ser sempre a partir deste trinómio que se deve construir a *domus ecclesiae*. Cf. ESTEVES, J.-CORDEIRO, J. (2008). *Liturgia da Igreja* (Estudos Teológicos 29). Lisboa: Universidade Católica Editora.

¹⁶³ Cf. *Documentorum explanatio “De celebratione annuali dedicationis ecclesiae”*, da Congregação para o Culto Divino e a Disciplina dos Sacramentos, *Notitae* 1972, 103.

¹⁶⁴ Cf. RIBEIRO GOMES. *O Altar: definição, concepção, ornamentação*, in <http://www.joseprg.wordpress.com/altar/>.

Em síntese, podemos afirmar que o altar é:

- *Mesa do Senhor e pedra do sacrifício*: é ao mesmo tempo mesa da última ceia e pedra do Gólgota; mesa convivial e mesa do sacrifício.
- *Ícone de Cristo*: «Cristo foi vítima, sacerdote e altar do seu próprio sacrifício»; «o altar é Cristo»¹⁶⁵. Pela sua encarnação, Jesus faz-Se, como o altar, lugar de encontro entre Deus e o homem.
- *Sinal do banquete celeste*: dá pleno sentido à vida terrena e coloca em tensão para a vida eterna. A nobreza do material bem como a toalha colocada sobre o altar evocam o banquete e sublinham a sua solenidade.

3.10.2. O Ambão

É o próprio Deus que se comunica e nos comunica o Seu amor, quando é proclamada a Sua Palavra na celebração litúrgica. O povo de Deus, convocado pela mesma palavra, torna-se Igreja quando se reúne em nome do mesmo Deus. A protagonista é pois a Palavra que vai daquele que a proclama àquele que a acolhe. Nesta bipolaridade acontece a celebração. Na verdade, desde sempre os cristãos e a sua Liturgia tiveram uma radical relação com a Palavra de Deus. A Eucaristia sempre foi constitutivamente formada por dois elementos fundamentais: a leitura da Escritura e a ação de graças sobre os dons. Nunca houve mesa do pão e do vinho sem mesa da Palavra. Disso nos recordam os Padres conciliares falando de uma única mesa, pois há um só corpo de Cristo e um só pão de vida que se determina no alimento da Sua Palavra ou no do Seu corpo e sangue: «A Igreja venerou sempre as divinas Escrituras como venera o próprio Corpo do Senhor, não deixando jamais, sobretudo na sagrada Liturgia, de tomar e distribuir aos fiéis o pão da vida, quer da mesa da palavra de Deus quer da do Corpo de Cristo.»¹⁶⁶

No espaço litúrgico, a Palavra de Deus envolve os diversos lugares que a caracterizam:

¹⁶⁵ *Preliminares do Rito da dedicação do altar*, n.ºs 1 e 4, in *DIA*, 95-96. Na unção do altar, retomando o gesto de Jacob, afirma-se que aquele «exprima, por um sinal visível, o mistério de Cristo, que a Si mesmo Se ofereceu ao Pai pela vida do mundo» (*Rito da unção do altar* in *DIA*, 120).

¹⁶⁶ *Dei Verbum*, n.º 21.

- a) *A assembleia*, reunida em nome de Cristo, recebe a Palavra, escuta-a e eleva-a para Deus como louvor.
- b) O *sacerdote* que, *in persona Christi*, preside à celebração, preside também ao anúncio da Palavra.
- c) O *livro* é ícone da palavra divina; nele estão materialmente contidas as Sagradas Escrituras.
- d) O *altar* está em íntima unidade com o ambão e realiza o mistério que foi anunciado.
- e) *Todos os sacramentos* estão ligados à Palavra e, cada um a seu modo, a proclama e a põe em ação.
- f) O *programa iconográfico* visualiza a Palavra e faz-se mediação sua pela celebração dos santos mistérios (mistagogia), ou evocação, narração, comentário.¹⁶⁷

É no ambão que a Palavra é proclamada com solenidade, para que seja escutada, meditada e motivo de ação. Iconologicamente, este lugar une de modo particular dois momentos da história do homem: por um lado, o do pecado e a consequente condenação, no início do Génesis; por outro lado, a salvação e o seu anúncio com a Ressurreição, que ressoam no Evangelho. O contexto ambiental é sempre o jardim: de um lado, o do éden; de outro, o da manhã de Páscoa. Germano de Constantinopla define mesmo o ambão como o «ícone do santo sepulcro: o anjo rolou a pedra e depois estava ali a anunciar a Ressurreição do Senhor»¹⁶⁸.

Etimologicamente, a palavra ambão pode derivar do grego *ana-baino* (subir) e indicaria um lugar elevado ao qual se sobe. Esta é a interpretação mais comum e segura. No entanto, pode também derivar do latim *ambiendo*, enquanto circunda e rodeia quem aí entra, ou também do grego *ambon*, forma redonda, saliente, que reclama uma forma dirigida a todos.

Inicialmente, era um simples lugar mais alto, no meio da assembleia, de modo a facilitar a proclamação e a escuta da Palavra. Respondia,

¹⁶⁷ São Gregório Magno (século VII) afirmava que «a pintura ensina aos iletrados aquilo que Escritura ensina aos letrados para instruir as mentes». E São João Damasceno (675-749) dizia que «aquilo que a Bíblia é para as pessoas instruídas, o ícone é-o para os analfabetos; e aquilo que a palavra é para o ouvido, o ícone é-o para a vista».

¹⁶⁸ GERMANO DE CONSTANTINOPLA, *Historia ecclesiastica et mística contemplatio*, in *PG* 98, 292.

portanto, a uma exigência prática de comunicação. As *Constituições Apostólicas* e a *Didascalia* fazem já uma referência a este lugar elevado a que acediam o leitor e o diácono. Aos poucos, foi-se reservando o seu acesso apenas aos ministros da palavra e foram construídos de modo a significar a riqueza e beleza do que aí é anunciado. Daí que temos ambões de forma circular ou poligonais; outros com duas escadas, uma para subir outra para descer; ambões com vários níveis: o mais baixo destinado ao cantor, o seguinte para a primeira leitura, sendo o mais alto reservado para a proclamação do Evangelho; ambões *romanos* que recordam e figuram um jardim, com vários lugares distintos numa única estrutura; e também ambões com a forma do túmulo vazio. Nesta variedade de formas, e de ornamentação dos mesmos, prevalece a chave pascal e a sua simbologia: a águia que representa São João, o primeiro a constatar o grande milagre e mistério da Ressurreição (Jo 20,4-8); e o círio, verdadeiro monumento à Luz, inaugurado na vigília pascal.

O ambão é o “monumento” memória da vitória de Cristo sobre a morte, sinal do sepulcro vazio, testemunho da Sua ressurreição. É o local próprio da Palavra de Deus, sinal da Sua presença e também mesa do alimento pascal da Igreja.

O ambão e o altar convergem numa única realidade litúrgica da qual parte a ação salvífica. Mesa e Palavra materializam a realidade invisível da fraternidade. Esta realidade encontra a sua expressão no sacerdote que preside à reunião, qual irmão entre irmãos, escolhido para ser o reflexo da presença de Cristo.¹⁶⁹ Quando ele celebra a Eucaristia, «deve servir Deus e o povo com dignidade e humildade e, tanto no modo de se comportar como no de proferir as palavras divinas, procurará sugerir aos fiéis a presença viva de Cristo»¹⁷⁰. O sacerdote que preside à Eucaristia é, então, o sinal sacramental de Cristo Jesus que está presente. A cadeira sugere esta sua função: «Deve significar a sua função de presidente da assembleia e guia da oração.»¹⁷¹ Ao presidir à celebração, ao elevar a oração a Deus em nome de todos, ao explicar a Palavra de Deus à comunidade, o sacerdote atua “*in persona Christi et in nomine ecclesiae*”.

¹⁶⁹ «Para vós sou bispo; convosco sou cristão», in AGOSTINHO DE HIPONA, *Sermões* 340,1.

¹⁷⁰ IGMR 93; cf. IGMR 60.

¹⁷¹ IGMR 310.

3.10.3. *A cadeira presidencial*

É, de facto, a ação que envolve o altar, o ambão e a cadeira a dar-lhes o seu significado. Ainda hoje estes elementos se encontram situados no chamado presbitério. Originariamente este era o espaço reservado ao bispo e aos seus presbíteros, que não era o que circundava o altar, mas o do hemicírculo absidal. O altar tinha o seu espaço próprio, no centro do transepto ou debaixo da cúpula.¹⁷² Só por volta do ano mil é que estes dois lugares deixaram de ser distintos. O altar é colocado no espaço absidal ou a limitar este. O clero encontra-se então vizinho do altar, apropriando-se dele e vedando o acesso aos fiéis. Tornou-se então um espaço separado, reservado também ao “coro” monástico. Aos poucos criou-se uma atmosfera de solenidade, a partir deste palco – com luzes, flores, cânticos, coreografia de ritos – que gerava, no fiel espectador, admiração e devoção.¹⁷³ A sua participação era meramente passiva e contemplativa: ver e ouvir. Os balaústres fechavam este espaço. Até a posição do sacerdote de costas voltado para os fiéis aparecia mais como defesa de uma realidade sacra do que a atualização do gesto salvífico de Cristo que oferece a Sua Palavra e o Seu corpo e sangue. Pode-se afirmar então que é o ato de celebrar que deve envolver em unidade a cadeira, o ambão e o altar. A visão do Apocalipse¹⁷⁴ que teve lugar no “Dia do Senhor” é a projeção e modelo das celebrações litúrgicas cristãs e apresenta-nos uma “assembleia litúrgica” celeste bem organizada e “envolvente” à volta do trono do “presidente” e das sedes “dos presbíteros”.

¹⁷² Veja-se, por exemplo, a Basílica de São João de Latrão em Roma ou de São Vital em Ravena. Também o ambão deve ter o seu lugar distinto daquele do altar e possivelmente fora do “presbitério”: «A sua localização seja pensada próxima da assembleia (mesmo sem ser dentro do presbitério, como testemunha a tradição litúrgica) e torne possível a proximidade com o evangelizador e a proclamação pascal da Palavra.» [COMMISSIONE EPISCOPALE PER LA LITURGIA – CONFERENZA EPISCOPALE ITALIANA (1996). Nota pastoral *La progettazione di nuove chiese*. Bolonha: EDB, n.º 9].

¹⁷³ A expressão máxima deste “palco” é o estilo Barroco e Rococó que predomina nas nossas igrejas, o que torna difícil recuperar esta dimensão de “espaço envolvente”, onde todos são *com-celebrantes*.

¹⁷⁴ Ap 4,2-4.

Do lugar da presidência devemos distinguir a *cátedra*, que simboliza, de forma eminente, o magistério do bispo na sua igreja, da *sede* (*cadeira*) do sacerdote celebrante, que simboliza a função de presidir à assembleia litúrgica e oração do povo santo.

3.10.4. *Outros elementos*

Com o Vaticano II, a renovada sensibilidade pastoral e litúrgica revalorizou o local e a simbologia do nascimento à vida da Graça no seio da comunidade eclesial. O batistério é o lugar de onde, como seio da Igreja, pela água e pelo Espírito Santo, os homens são regenerados para a vida nova.

A aula da igreja é essencialmente um espaço da assembleia. O edifício do culto cristão recebe o nome de “igreja”, da assembleia que o habita em nome de Cristo.

A assembleia é o sujeito da celebração. O povo não é simplesmente um público que assiste, mas é sujeito da celebração. O povo, unido ao presbítero, celebra a ação litúrgica, onde todos são “circunstantes” à mesa do pão e da palavra. Daí que as igrejas sejam aptas para a realização da ação sagrada e para que se obtenha uma ativa participação dos fiéis.¹⁷⁵ A sua disposição deve ser de tal modo que apareça como imagem da assembleia reunida.

As pessoas devem encontrar na igreja um ambiente capaz de gerar paz. Daí que o silêncio e a música, a luz e as cores, as flores¹⁷⁶, os meios técnicos, a limpeza e a ordem favoreçam, por um lado, a celebração e, por outro lado, sejam testemunho de fé para com Deus e sinal de respeito para com as pessoas.

Em síntese, a palavra “igreja” designa tanto o espaço construído como a assembleia daqueles que aí se reúnem. Os lugares litúrgicos cristãos são principalmente lugares da assembleia, diferenciada segundo as funções e ministérios a desenvolver durante a ação litúrgica.

¹⁷⁵ Cf. *IGMR* 294.

¹⁷⁶ As flores hoje são um tema sensível, na maior parte das vezes marcado por uma perspectiva de mercantilismo desmedido. Invadem as Igrejas ofuscando a realidade principal do “acontecimento salvífico”, onde o pão e o vinho, desaparecem no meio de um horto de flores. E necessário encontrar a simplicidade e a beleza “natural” da sua presença no espaço litúrgico. Ver: <http://www.floresliturgia.wordpress.com>

Após termos visto que o altar e o ambão geram o espaço da celebração, que a fonte batismal é referência para o cristão, e que a sede e a aula estão em relação dialógica, existem outros elementos como a porta, o sacrário, o lugar da confissão e a iconografia.

Ao entrar na igreja, a porta recorda de imediato as palavras de Jesus: «Eu sou a porta, se alguém entrar por Mim, será salvo.»¹⁷⁷ Cristo é a passagem do homem para Deus. Tanto na sua estrutura como no seu ornamento, a porta deve apresentar-se como sinal de Cristo. Por isso, passar pela porta da igreja está cheio de significados e compromissos. Uma porta é, por um lado, uma realidade que fecha e separa dois lugares; por outro lado, que abre e mete em relação e comunicação. Tem, além da sua função prática, este apelo de passagem da condição de peregrinos à de contemplativos. A porta é assim uma meta, o termo de uma etapa, de um processo de conversão: passar desta vida à vida eterna, da condição de pecador à salvação.

A reserva eucarística foi sempre um ato de fé na presença real do Corpo e Sangue de Cristo. As igrejas antigas não contemplavam um lugar ou uma estrutura no espaço celebrativo para a reserva eucarística. A eucaristia conservava-se em ordem ao Santo Viático e à comunhão dos que não tinham podido participar na celebração eucarística. O lugar da reserva era a sacristia.

Gian Matteo Giberti, bispo de Verona, foi o primeiro a querer oficialmente, na sua diocese em 1542 a colocação do tabernáculo. São Carlos Borromeu, em 1565, ordena que o tabernáculo seja colocado sobre o altar maior e, em 1576, proíbe que este seja colocado no muro e ordena mesmo a destruição destes. Com o Concílio de Trento difunde-se a colocação do tabernáculo sobre o altar, que perdurou até ao século XX.¹⁷⁸

A importância dada à reserva eucarística levou então a realizações artísticas notáveis, que influenciaram também a estrutura arquitetónica dos altares, transformados em suporte do tabernáculo. O *Código de Direito Canónico* de 1917, retomando as palavras do Ritual Romano de 1614, faz referência à necessidade de uma capela eucarística com a

¹⁷⁷ Jo 10,9.

¹⁷⁸ «A santíssima eucaristia [...] seja guardada no lugar mais excelente e nobre da igreja, logo regularmente sobre o altar maior “e precisamente” no tabernáculo fixo no meio do altar.» (CIC 1917, cân. 1268 §2; cân. 1269 §1)

intenção de dar à Eucaristia um lugar onde a veneração e o culto do sacramento tivessem o primeiro lugar.

A orientação litúrgica pós-conciliar de vários documentos, bebendo já da Instrução *Eucaristicum Mysterium*, após doutrinar acerca dos fins para que se conserva a eucaristia, descreve o lugar apto para a sua conservação. Recomenda-se a conservação da sagrada reserva numa capela adaptada à oração privada e à adoração dos fiéis ou, em todo o caso, um lugar da igreja devidamente ornamentado. Esta capela está em função da oração de adoração e contemplação, que não comporta a ação. Deve, portanto, ser digna para a colocação da Eucaristia e, também, ser confortável para os que querem prolongar a sua oração no recolhimento pessoal.

O lugar da celebração do sacramento da Confissão é essencialmente a Igreja. A Eucaristia e, portanto, o altar são o ponto de chegada de qualquer caminho penitencial. Nesta perspectiva, todos os lugares do espaço da celebração litúrgica estão envolvidos: o lugar da Palavra que comunica o amor com que Cristo nos amou; o altar que manifesta este amor e é garantia do perdão; a fonte batismal que é estímulo de qualquer penitente porque recorda que, incorporados em Cristo, fomos reconciliados com o Pai e nos tornámos filhos.

Os valores artísticos presentes nas igrejas são testemunhos da fé e da cultura, pois descrevem a história de uma comunidade. A arte não é então um adorno do local ou simples justaposição da Liturgia. Ela deve brotar da própria Liturgia. Podemos dizer que a arquitetura contém materialmente a celebração, enquanto a iconografia é sua expressão. A iconologia é a mensagem que lhes está inerente.

A celebração litúrgica apresenta aos olhos uma imagem (iconografia) e à mente um conteúdo (iconologia). A iconologia tem a ver com o conteúdo da iconografia, quer dizer, é o significado do sinal visível. Logo não pode existir uma iconografia que esteja em contraste com a autêntica iconologia. Na renovação ou edificação das igrejas tenha-se então presente o programa iconográfico e artístico.¹⁷⁹

¹⁷⁹ O programa iconográfico deve ser mistagógico, pois é aquele mais conatural à liturgia. A sua intenção é, acima de tudo, de levar a atenção do fiel ao mistério celebrado e de inseri-lo plenamente nesse. Este programa «faz memória das profecias ou das realidades basilares do mistério litúrgico; torna visível a realidade que é ritualmente celebrada e as presenças invisíveis que essa envolve; conota as realidades

Há que prestar atenção à linguagem própria, visual e simbólica dos sinais usados. A igreja não é apenas o lugar do encontro convivial mas, pela necessidade de significar e embelezar do homem, é capaz de favorecer a compreensão do sentido e do espírito da reunião e, também, do carácter do próprio lugar.

A imagem cria proximidade e é também mediadora de uma presença que leva à comunhão. A imagem aproxima do transcendente, guia na compreensão e celebração do mistério cristão, eleva e torna mais espontânea a resposta da fé e veneração. A imagem não é um elemento isolado, mas está unida à Palavra proclamada, à oração, à ação sacramental, à linguagem do canto e da música. Portanto, os sinais são para o cristão como ícones do amor de Cristo. Por eles Cristo faz passar o sentido da Sua doação. Daí a importância, não somente de conhecer os sinais, mas também de os aceitar.

A constituição conciliar sobre a sagrada Liturgia, o ordenamento da IGMR e o *Código de Direito Canónico*¹⁸⁰ apontam alguns critérios de carácter litúrgico a ter em conta:

- a) o respeito pelo primado da Liturgia, de modo que a disposição das imagens «não distraia a atenção dos fiéis da celebração»;
- b) o correto uso das imagens, de modo a «não aumentar exageradamente o seu número» e que «não haja na mesma igreja mais do que uma imagem do mesmo Santo»;
- c) a ordem correta entre as diversas imagens, respeitando a centralidade absoluta de Cristo e o primado dos Seus símbolos sacramentais;
- d) a exigência, no que se refere às imagens, de se «atender à piedade de toda a comunidade e à beleza e dignidade das imagens», segundo a sensibilidade e criatividade de cada época.

Torna-se, por conseguinte, importante a formação qualificada dos artistas¹⁸¹, dos clérigos, de pessoas competentes, bem como da comissão

interessadas pela celebração e sublinha o simbolismo e a função icónica» (Cf. GATTI, G. *Programmi iconografici e architettura litúrgica*, pp. 147-148).

¹⁸⁰ Cf. *Sacrosanctum Concilium*, n.º 122; cf. *IGMR* 318; cf. *CIC*, cân. 1188 ss.

¹⁸¹ «Recordem-se constantemente os artistas que desejam, levados pela sua inspiração, servir a glória de Deus na santa Igreja, de que a sua atividade é, de algum modo, uma sagrada imitação de Deus criador e de que as suas obras se destinam ao culto católico, à edificação, piedade e instrução religiosa dos fiéis.» (*Sacrosanctum Concilium*, n.º 127)

de Arte Sacra, imbuídos do espírito da arte sacra e da sagrada Liturgia.¹⁸² A falta de sensibilidade e coerência artística e litúrgica manifesta-se sobretudo nos produtos semi-industriais, tanto nas imagens como nas alfaias litúrgicas, com reproduções sempre iguais e com dimensões a bel-prazer do comprador, que invadem um pouco todos os lugares de culto. Exageros persistem quando o que muda são os nomes escritos no pedestal das imagens dos santos ou a falsificação de ícones. A razão é a ausência de um programa iconográfico articulado com a particular celebração litúrgica e com a relativa estrutura arquitetónica.

A arte deve brotar da própria Liturgia. Não é um apêndice para embelezar os lugares e a celebração.¹⁸³ «Não é a obra de arte que deve entrar na igreja, mas é na igreja que ela deve nascer. A igreja não pode nem deve tornar-se um museu, nem uma resenha de obras de arte, mas deve ser o resultado da expressão artística soma do mistério que aí se realiza.»¹⁸⁴

¹⁸² Cf. *ibidem.*

¹⁸³ Ocorre afirmar que a “via-sacra” que “embeleza” as paredes e vitrais de muitas igrejas não faz parte dos elementos essenciais do lugar litúrgico. Quando muito poderia estar no exterior como elemento propedêutico da ação celebrativa.

¹⁸⁴ A *Sacrosanctum Concilium* considera ofensiva a falta de beleza na celebração ritual (Cf. *Sacrosanctum Concilium*, n.º 124).

CONCLUSÃO

Conforme a nota pastoral da Conferência Episcopal Portuguesa, «não basta mostrar a nossa concordância com os documentos do Concílio Vaticano II e o *Catecismo da Igreja Católica*, publicado há vinte anos como sua aplicação catequética. É preciso fazer descer à prática quotidiana a riqueza dos seus ensinamentos.»¹⁸⁵

Na nossa diocese, gostaríamos que a Liturgia se tornasse a primeira e a grande escola da fé. Não esbanjemos este tesouro tão precioso. O tema geral do plano pastoral até 2017 – «Repertir de Cristo, nos caminhos da missão» – aponta-nos, assim, a Liturgia, como o coração da Igreja, que acredita e celebra o mistério que vive em estado permanente de missão. Como é que a Liturgia, que celebramos transmite a fé? Como é que na Liturgia se segue a Cristo, fundamento da fé da Igreja?

O seguimento de Cristo pode ser vivido de formas variadas, mas é nas ações litúrgicas que Cristo está de modo especial presente. Por isso, «a Liturgia é estar à volta da pessoa do Senhor, escutá-l’O, falar-Lhe, rezar-Lhe, deixá-l’O rezar por nós. Tudo isto que os evangelhos referem de Jesus entre a gente é uma antecipação da Liturgia e por sua vez a Liturgia é uma continuação dos Evangelhos.»¹⁸⁶

A Liturgia apoia-se em três aspetos constitutivos: a escuta da Palavra, a visão da Glória e a experiência do Mistério.¹⁸⁷ Estes são três pontos essenciais da mesma realidade típica da ritualidade cristã, de conformação antropológica da espiritualidade litúrgica. Na escuta da Palavra revelada fundamenta-se o rito litúrgico. A Liturgia é um anúncio e antecipação da visão da Glória futura, qual contemplação do rosto de Deus. A experiência do Mistério realizada nas celebrações litúrgicas faz-nos centrar sempre em Jesus, para que seja Ele a iluminar e a guiar.

¹⁸⁵ CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, Nota Pastoral, *Celebrar e viver o Concílio Vaticano II*, n.º 1.

¹⁸⁶ MARTINI, C. (1998). *La liturgia mistica del prete. Giovedì santo-omelia nella Messa crismale, Duomo di Milano 9 aprile*. Milão: Centro Ambrosiano, 10.

¹⁸⁷ Cf. VALENZIANO, «“Vedere la Parola”. Liturgia e ineffabile», *EO* 9 (1992), pp. 121-140.

Os mesmos aspetos da Liturgia são os modelos organizativos que conformam a antropologia à Liturgia.

Ao celebrar o culto divino, a Igreja exprime aquilo que é: uma, santa, católica e apostólica. «A comunidade cristã reunida é a manifestação mais evidente da Igreja. Essa é sinal eficaz, *mysterium*, sacramento fundamental. É sacramento fundamental porque é corpo de Cristo, porque quem opera nela e através dela é Cristo, o sacramento originário.»¹⁸⁸ E porque a Igreja é o sacramento de unidade, as ações litúrgicas pertencem a todo o corpo da Igreja.

A adesão profunda à reforma conciliar da Liturgia comporta uma nítida conversão eclesiológica. João Paulo II sublinhou-o, afirmando: «Na liturgia, o Mistério da Igreja é verdadeiramente anunciado, saboreado e vivido.»¹⁸⁹

Em ordem ao futuro da renovação litúrgico-espiritual, o mesmo Papa salientou: «A Liturgia da Igreja é algo que vai muito além da reforma litúrgica. Não nos encontramos na mesma situação que se vivia em 1963; há uma geração de sacerdotes e de fiéis que não chegaram a conhecer os livros litúrgicos anteriores à reforma; e é ela que hoje assume a responsabilidade na Igreja e na sociedade. Por conseguinte, não se pode continuar a falar de mudança, como na altura da publicação do documento, mas sim de aprofundamento cada vez mais intenso da Liturgia da Igreja, celebrada segundo os livros atuais e vivida, primeiro que tudo, como um acontecimento de ordem espiritual.»¹⁹⁰ Da renovação ao aprofundamento, eis o impulso para o futuro da pastoral e espiritualidade litúrgicas.

Todos os sinais na Liturgia têm de ser verdadeiros. Por exemplo, uma imitação de vela ou de uma flor não conduzem a nada. Uma leitura mal proclamada, uma fração do pão que não se vê, uma bênção dada a correr não nos comunicam o mistério.

A Liturgia é a fonte decisiva da fé da Igreja. São Bento, padroeiro da diocese, interpela-nos a duas prioridades, às quais queremos corresponder: o mistério de Cristo e a Liturgia: «Não prefiram absolutamen-

¹⁸⁸ RICHTER, K. (2005). «La liturgia e i sacramenti nel nuovo paradigma», *Regno* 7.

¹⁸⁹ JOÃO PAULO II, *Vicesimus quintus annus*, n.º 9.

¹⁹⁰ JOÃO PAULO II, *Vicesimus Quintus Annus*, n.º 14.

te nada a Cristo» e «nada anteponham ao serviço divino». Maria, a Senhora da fé, seja nossa mãe e companheira.

Para concluir, proponho esta oração:

*Deus Pai,
a nós, peregrinos nos caminhos da missão,
torna-nos cada vez mais firmes na fé,
alegres na esperança
e generosos na caridade,
para vivermos juntos com Cristo, Teu Filho,
na unidade do Espírito Santo
Amen.*

Catedral de Bragança, 14 de outubro de 2012. Abertura diocesana do Ano da Fé.

† JOSÉ MANUEL GARCIA CORDEIRO
O vosso bispo

ÍNDICE

Introdução	5
1. A Liturgia na Igreja	7
2. A Constituição sobre a Sagrada Liturgia	9
3. Liturgia, a primeira escola da fé	26
Conclusão	75